

Demonstrações Contábeis

Dezembro de 2019

Relatório da Administração

4T19

SENHORES ACIONISTAS,

A Administração do Banco PAN S.A. ("PAN", "Banco" ou "Companhia") e suas subsidiárias submetem à apreciação dos Senhores o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras referentes ao período encerrado em 31 de dezembro de 2019, acompanhados do Relatório dos Auditores Independentes. As informações apresentadas estão em conformidade com as normas estabelecidas pelas Leis 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil ("Bacen"), pela Comissão de Valores Mobiliários e demais normas estatutárias.

LANÇAMENTO DA CONTA DIGITAL

É com grande satisfação que anunciamos o lançamento de Conta Digital com foco nas classes C, D e E. Por meio dela, o cliente passa a ter acesso a uma conta corrente completa: 100% digital, sem tarifa de manutenção, com direito a um pacote mensal gratuito de transferências, saques na Rede 24 horas, depósitos via boleto, pagamentos de contas, além de diversos produtos de crédito e outros serviços.

Ao abrir a conta, o cliente receberá um cartão múltiplo (crédito e/ou débito) sem anuidade e poderá ter acesso a um limite emergencial e crédito pessoal com taxas e valores personalizados. A navegação no *app* do Banco não consumirá a internet do celular e, além disso, ofereceremos descontos em drogarias, supermercados e lojas virtuais por meio de acordos com diversos parceiros. Outra vantagem é que os clientes poderão cadastrar seu cartão de débito para pagamentos digitais de serviços como Netflix, Spotify e Uber.

Como a transparência é um dos principais pilares da estratégia digital, desenvolvemos uma fatura de cartão de crédito clara e de fácil compreensão, com objetivo de proporcionar ao cliente o total entendimento dos valores cobrados. Além disso, temos uma equipe preparada para tirar todas as dúvidas e fazer qualquer esclarecimento sobre a conta digital, além da possibilidade de atendimento via *chatbot*.

O crédito é o nosso principal instrumento para atração, engajamento e monetização de clientes. O uso assertivo de dados é uma grande vantagem da conta, permitindo que nossos modelos de crédito e *pricing* sejam ainda mais personalizados em taxas e limites, entregando exatamente aquilo que o cliente precisa.

Além de crédito, o aplicativo incluirá ainda neste primeiro semestre uma plataforma de planejamento e organização financeira, criando um ambiente de metas e objetivos por meio de gamificação para incentivar o consumo consciente e mostrar como é possível poupar dinheiro. Ao longo de 2020, também serão lançados novos produtos de crédito, oferta de seguros, opções simples de investimento e novos serviços tais como recarga de celular e bilhete único.

O lançamento acontece após um curto período de *'soft launch'* com cerca de 40 mil pessoas. A estratégia de aquisição de clientes para a conta digital será baseada em seis fontes de atração: oferta para a base de clientes ativos e ex-clientes do PAN; fluxo de potenciais clientes solicitando crédito mensalmente; marketing digital; rede física de distribuição; novos parceiros de origem; e um programa de *'member get member'*.

A conta digital é uma evolução natural do nosso negócio e será um instrumento relevante para otimizarmos as oportunidades de *cross-sell* e *upsell*, para incrementarmos o portfólio de produtos e fidelizarmos ainda mais os nossos clientes. Hoje eles já são mais de 4,9 milhões e outras centenas de milhares de propostas que passam pelo banco mensalmente.

AMBIENTE ECONÔMICO

De acordo com o relatório de crédito do Bacen, o saldo das operações de crédito do Sistema Financeiro Nacional ('SFN') totalizou R\$ 3,5 trilhões em dezembro, registrando aumento de 1,6% no mês e de 6,5% na comparação anual, com expansão de 11,7% na carteira de crédito às famílias e de 0,2% no crédito a empresas.

O crédito com recursos livres às famílias atingiu saldo de R\$ 1,1 trilhão, apresentando crescimento de 1,9% no mês e 16,6% em doze meses, com destaque para as operações de cartão à vista, crédito consignado e financiamentos de veículos. O crédito livre para empresas

encerrou o mês de dezembro com saldo de R\$ 905 bilhões, com alta de 4,6% no mês e de 11,2% nos últimos 12 meses.

A inflação medida pelo IPCA encerrou o mês de dezembro com variação mensal de +1,15%. Dessa forma, o índice encerrou o ano com alta de 4,31%, superando a inflação do ano anterior, de 3,75%. Boa parte da pressão na margem foi causada por um choque externo nos preços das proteínas, com concentração no último bimestre do ano. No entanto, os efeitos secundários já estão contaminando o núcleo da inflação por meio dos alimentos processados e serviços relacionados a alimentação. Embora o aumento nos preços das proteínas tenha levado a inflação a atingir o centro da meta em 2019, também reduziu o risco de um choque altista significativo em 2020.

No mercado de trabalho, de acordo com o CAGED, o Brasil registrou criação de 644 mil vagas de emprego formal em 2019, apresentando maior resultado desde 2013. Os dados do último trimestre de 2019 reforçam o cenário de recuperação econômica, com todos os setores da economia registrando saldo positivo na criação de empregos no último ano.

ESTRUTURA DO BANCO

Somos um dos principais bancos médios do Brasil e atuamos com foco na concessão de empréstimos à pessoas físicas das classes C, D e E, além de servidores públicos, aposentados e pensionistas do INSS, ofertando crédito consignado (empréstimo e cartão de crédito), financiamento de veículos usados, financiamento de motos novas, cartão de crédito convencional e seguros.

Com 2.456 funcionários e 60 postos de atendimento nas principais cidades do país, estamos presentes em todo território nacional, com uma estrutura asset light, atuando via plataformas digitais com mais de 640 correspondentes bancários originando créditos consignados e mais de 11,5 mil lojas multimarcas e concessionárias oferecendo financiamentos de veículos e motos.

ORIGINAÇÃO DE VAREJO E CARTEIRA DE CRÉDITO

Nos últimos anos ampliamos a utilização de soluções analíticas, migrando de modelagens tradicionais para técnicas mais robustas, utilizando machine learning e deep learning para melhorar nossas ferramentas de análise de crédito. Atualmente utilizamos 36 modelos na análise de crédito, dos quais 22 foram desenvolvidos utilizando ferramentas de inteligência artificial.

Para a aplicação desses modelos, utilizamos mais de 1.100 variáveis estruturadas e não estruturadas, capturadas nas interações com nossos clientes e com o auxílio de parceiros externos. Evoluímos de uma metodologia que consistia, basicamente, na análise do histórico de crédito do cliente, para modelos com abordagem mais ampla, que contemplam, desde o perfil de consumo, até dados socioeconômicos, histórico empregatício e geolocalização do cliente.

Tal evolução propiciou incremento na taxa de aprovação, melhorias nos processos de concessão e manutenção de limites, evolução na automação dos processos de decisão na concessão de crédito e redução nos indicadores de inadimplência, com processos de monitoramento mensal, semanal e diário dos modelos.

Durante o 4º trimestre de 2019, originamos uma média mensal de R\$ 1.846 milhões em novos créditos, frente aos R\$ 1.777 milhões do 3º trimestre de 2019 e aos R\$ 1.490 milhões do 4º trimestre de 2018, registrando um crescimento de 4% no trimestre e de 24% em 12 meses.

Em 2019, a origemação média mensal de novos créditos foi de R\$ 1.706 milhões, volume 17% superior à média mensal de R\$ 1.453 milhões em 2018. O crescimento observado na comparação anual foi impulsionado principalmente pelo volume de origemação dos financiamentos de veículos, com crescimento de 32% no período, além do aumento do volume de créditos consignados, que cresceu 12% frente ao volume originado em 2018.

A Carteira de Crédito (*'on-balance'*) encerrou o 4º trimestre com saldo de R\$ 23.785 milhões, praticamente estável em relação ao saldo de R\$ 23.550 milhões no encerramento do 3º trimestre de 2019 em função de maior volume de cessão de consignado no trimestre, mas 16% superior ao saldo de R\$ 20.574 milhões do 4º trimestre de 2018. A carteira *core* - composta pelas carteiras de crédito consignado, financiamento de veículos e cartões de

crédito - apresentou crescimento de 20% nos últimos 12 meses. Já as carteiras de Crédito Corporativo e Imobiliário, ambas em *run off*, apresentaram recuo de 26% e 38% em 12 meses, respectivamente.

Neste 4º trimestre, a carteira de consignado registrou queda de 3% devido, principalmente, ao maior volume de cessão. A queda dessa carteira provocou uma desaceleração no ritmo de crescimento da carteira de crédito, além da mudança no *mix* de produtos/clientes ocasionando, conjuntamente, um movimento de 0,4% no índice de créditos vencidos acima de 90 dias. O indicador passou, portanto, de 5,4% no 3º trimestre para 5,9% no 4º trimestre de 2019. É importante ressaltar que a despesa de PDD/carteira tem se mantido estável e os spreads das operações seguem em patamares robustos.

Além de reter créditos em carteira, temos como estratégia ceder créditos sem coobrigação para terceiros, cujo montante no 4º trimestre de 2019 foi de R\$ 1.680 milhões, frente aos R\$ 1.097 milhões cedidos no 3º trimestre de 2019. No ano de 2019 o total de créditos cedidos sem obrigação foi de R\$ 4.723 milhões, frente aos R\$ 4.831 milhões cedidos em 2018.

O saldo de Carteira de Crédito Originada, que considera tanto a carteira *on-balance*, como o saldo das carteiras cedidas para os acionistas controladores (*carteira off-balance*), se manteve estável em R\$ 32,2 bilhões.

CONSIGNADO (Empréstimo e Cartão de Crédito)

Em abril de 2019, lançamos para todos os parceiros comerciais uma plataforma inovadora que permite a contratação digital de empréstimos consignados, 100% *paperless* e com assinatura por biometria facial. A contratação digital torna a operação mais eficiente e rentável, trazendo economia de custo, mais segurança e maior velocidade na contratação, gerando uma experiência melhor para todos os envolvidos. Desde o lançamento, o volume total dos empréstimos formalizados digitalmente superou R\$ 2,0 bilhões, representando 33% dos contratos formalizados em dezembro.

Essa plataforma, aliada ao posicionamento de mercado e ao relacionamento com os parceiros comerciais, permite que o PAN se mantenha como *player* relevante em convênios federais, figurando entre os maiores originadores no mercado de crédito a beneficiários e pensionistas do INSS.

No 4º trimestre de 2019, concedemos R\$ 2.508 milhões em empréstimos para servidores públicos e beneficiários do INSS, frente aos volumes de R\$ 2.770 milhões no 3º trimestre de 2019 e aos R\$ 2.160 milhões no 4º trimestre de 2018, registrando crescimento de 16% em 12 meses. Em cartões de crédito consignado, originamos R\$ 232 milhões no 4º trimestre de 2019, frente aos R\$ 222 milhões originados no 3º trimestre de 2019 e aos R\$ 199 milhões originados no 4º trimestre de 2018, registrando alta de 13% em 12 meses.

No ano de 2019 originamos um volume de R\$ 10.392 milhões em empréstimos consignados e R\$ 891 milhões em cartões consignado, frente aos volumes de R\$ 9.356 milhões de empréstimos e R\$ 696 milhões em cartões originados em 2018, um crescimento de 12% na origem total de créditos consignados na comparação anual.

A carteira de empréstimos consignados encerrou o trimestre com saldo de R\$ 10.684 milhões, frente aos R\$ 11.150 milhões do 3º trimestre de 2019 e aos R\$ 9.328 milhões do 4º trimestre de 2018, com redução de 4% no trimestre e aumento de 15% na comparação anual. Já a carteira de cartões de crédito consignado encerrou o trimestre com saldo de R\$ 1.822 milhões, registrando crescimento de 5% frente ao saldo de R\$ 1.732 milhões do trimestre anterior e alta de 22% em relação ao saldo de R\$ 1.496 milhões no encerramento de 2018.

FINANCIAMENTO DE VEÍCULOS

Assim como no consignado, 2019 também foi um ano de transformação na forma de ofertar o financiamento de veículos. No final de outubro, lançamos a plataforma de formalização digital que vai contribuir ainda mais para os ganhos de eficiência e já vem mostrando resultados importantes. No encerramento de dezembro, o volume de financiamentos contratados digitalmente e assinados via biometria facial já somavam R\$ 198 milhões. Também temos uma plataforma exclusiva que permite a simulação de financiamento e pré-análise de crédito com poucas informações, além do acompanhamento das propostas e

emissão do laudo do veículo, proporcionando agilidade ao processo e uma melhor experiência para nosso parceiro comercial e cliente final.

Atuamos com foco no financiamento de carros usados (majoritariamente entre 4 e 8 anos de uso) e motos novas, capturando os benefícios de nossa expertise em crédito e cobrança para otimizar a relação risco x retorno. Originamos os financiamentos através de lojas multimarcas e concessionárias parceiras trazendo maior pulverização à nossa operação.

Em motos, somos líder no segmento, excluindo banco de montadora. A atuação em nicho específico garante uma excelente performance, atuando inclusive com público mais jovem, capturando ganhos dado nosso longo histórico, experiência e conhecimento de crédito.

No 4º trimestre de 2019, foram originados R\$ 1.621 milhões em novos financiamentos de veículos leves e motos, em comparação aos R\$ 1.408 milhões do 3º trimestre de 2019 e aos R\$ 1.244 milhões originados no 4º trimestre de 2018, reflexo da nova abordagem de crédito, implementação de simulador e nova jornada de contratação.

A originação de veículos leves foi de R\$ 1.272 milhões no 4º trimestre de 2019, frente aos R\$ 1.109 milhões originados no 3º trimestre de 2019 e aos R\$ 995 milhões originados no 4º trimestre de 2018, enquanto que no segmento de motos, foram originados R\$ 349 milhões no 4º trimestre de 2019, frente aos R\$ 300 milhões no 3º trimestre de 2019 e aos R\$ 249 milhões no 4º trimestre de 2018.

A carteira de crédito de veículos encerrou o trimestre em R\$ 8.854 milhões, registrando alta de 8% em relação aos R\$ 8.224 milhões do 3º trimestre de 2019 e de 27% em relação aos R\$ 6.980 milhões ao final do 4º trimestre de 2018.

MEIOS DE PAGAMENTOS (CARTÕES DE CRÉDITO)

A evolução contínua da jornada digital de nossos clientes segue como prioridade. Além da disponibilização de *chatbot* e unidade de resposta audível (URA) humanizada, que proporcionam conveniência e agilidade no atendimento, reformulamos o APP, com modernas técnicas de *desing thinking*, com o objetivo de melhorar a experiência dos usuários, aprimorar o relacionamento e aumentar sua interação com o Banco.

Além disso, continuamos investindo fortemente na captura de novos clientes, principalmente nos ambientes digitais. Implementamos melhorias na jornada de contratação do produto diretamente pelo site do Banco, aumentamos o investimento em mídias digitais e intensificamos o relacionamento com parceiros para ampliação da distribuição dos cartões de crédito em *marketplaces* e lançamento de cartões *co-branded*.

Como resultado dessa estratégia, foram emitidos 177 mil novos cartões de crédito no 4º trimestre, registrando expressivo crescimento frente aos 55 mil emitidos no mesmo período de 2018. Ao longo de 2019 emitimos 505 mil cartões de crédito, frente aos 223 mil emitidos em 2018, volume também alavancado pelo aumento das ações de venda, mudanças relevantes no *cross sell* e com elevação da eficiência em *analytics* e CRM. Finalizamos 2019 com aproximadamente dois terços das nossas faturas emitidas digitalmente, crescendo esse número em mais de 50% em relação ao início do ano.

Durante o 4º trimestre de 2019, as transações efetuadas com cartões de crédito somaram R\$ 1.178 milhões, registrando um aumento de 26% frente aos R\$ 934 milhões transacionados no 3º trimestre de 2019, e 36% frente aos R\$ 866 milhões do 4º trimestre de 2018. No ano de 2019 foram transacionados R\$ 3.686 milhões, representando um crescimento de 14% frente aos R\$ 3.222 milhões em 2018. Este crescimento é justificado não somente pelo volume de emissões, como pelo aumento de promoções e campanhas de incentivo e melhorias nos processos de entrega e autorização de uso dos cartões.

A carteira de cartões encerrou o trimestre com saldo de R\$ 1.087 milhões, registrando crescimentos de 14% e 24% frente aos saldos de R\$ 953 milhões e R\$ 877 milhões, do 3º trimestre de 2019 e do 4º trimestre de 2018, respectivamente.

SEGUROS

Originamos R\$ 85,1 milhões em prêmios de seguros no 4º trimestre de 2019, volume 13% superior aos R\$ 75,4 milhões originados no 3º trimestre e 29% superior aos R\$ 65,7 milhões no 4º trimestre de 2018. Dentre os prêmios originados no trimestre, observam-se: R\$ 70,2 milhões em seguros de proteção de crédito, R\$ 6,8 milhões em seguros de cartões, R\$ 3,4

milhões em seguros habitacionais, e R\$ 4,7 milhões em outros seguros (PAN Moto Assistência).

Durante o ano de 2019, foram originados R\$ 291 milhões em prêmios, um incremento de 27% em relação aos R\$ 228 milhões originados em 2018.

CRÉDITO PARA EMPRESAS (*run off*)

A carteira de Crédito para Empresas, que inclui fiança, encerrou o trimestre com saldo de R\$ 732 milhões, frente ao saldo de R\$ 811 milhões ao final do 3º trimestre de 2019 e ao saldo de R\$ 995 milhões no 4º trimestre de 2018. Esta carteira apresenta uma diversificação de riscos adequada com alta pulverização entre setores e grupos econômicos, além de possuir garantias. A carteira, sem fiança, está integralmente provisionada.

CRÉDITO IMOBILIÁRIO (*run off*)

O saldo dos créditos imobiliários concedidos para Pessoas Físicas encerrou o 4º trimestre de 2019 em R\$ 442 milhões, frente aos R\$ 466 milhões no 3º trimestre de 2019 e R\$ 548 milhões no 4º trimestre de 2018, apresentando nível conservador de provisionamento.

Os créditos concedidos para Pessoa Jurídica totalizavam R\$ 54 milhões (integralmente provisionados) no encerramento do 4º trimestre de 2019, frente aos R\$ 113 milhões do 3º trimestre de 2019 e aos R\$ 254 milhões do 4º trimestre de 2018.

CAPTAÇÃO DE RECURSOS

O saldo de recursos captados totalizou R\$ 23,7 bilhões no encerramento de 2019, com aumento da diversificação e alongamento do prazo. A captação via depósitos a prazo cresceu 25% em 12 meses contribuindo de forma relevante para a dispersão da nossa base de captação, que apresentava a seguinte composição no encerramento de 2019: (i) R\$ 11,4 bilhões em depósitos a prazo, representando 48% do total; (ii) R\$ 8,4 bilhões em depósitos interfinanceiros, ou 35% do total; (iii) R\$ 1,9 bilhão referente a emissões de títulos no exterior, ou 8% do total; (iv) R\$ 1,5 bilhão referente a emissões de letras financeiras, ou 7% do total; (v) letras de crédito imobiliário e do agronegócio, com saldo de R\$ 336 milhões, ou 1% do total; e (vi) outras fontes de financiamento, que correspondiam a R\$ 228 milhões, equivalentes a 1% das captações totais.

RESULTADOS

MARGEM FINANCEIRA LÍQUIDA GERENCIAL – NIM

No 4º trimestre de 2019, a NIM foi de 19,9% a.a. frente aos 18,4% a.a. do 3º trimestre de 2019 e aos 15,6% a.a. do 4º trimestre de 2018. Este patamar está relacionado aos *spreads* robustos das operações de crédito e também por cessão de carteira.

Majoração da Alíquota de Contribuição Social sobre Lucro Líquido

Em 12 de novembro de 2019, foi publicada a Emenda Constitucional 103/2019, que elevou de 15% para 20% a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) de bancos de qualquer espécie. Esta mudança gerou um resultado extraordinário de R\$ 337 milhões em decorrência da ativação do crédito tributário e adotamos as seguintes medidas:

- (i) baixa de R\$ 141 milhões de Crédito Tributário de Prejuízo Fiscal ("CTPF") da empresa de Arrendamento Mercantil para que não houvesse aumento no estoque de CTPF do Conglomerado; e
- (ii) provisionamento adicional de R\$ 338 milhões (R\$ 186 milhões líquido de IR/CSLL) nos *businesses* em *run off*, reforçando ainda mais o balanço da Companhia.

Dessa forma, o efeito final foi de R\$ 10 milhões no lucro líquido do 4T19.

RECUPERAÇÃO DE CRÉDITO E DESPESAS COM PDD

Nossa estratégia é orientada por profissionais experientes e por modelos analíticos que utilizam ferramentas de inteligência artificial que, por sua vez, avaliam a propensão de pagamento do cliente e sua capacidade financeira em relação à dívida contratada. Em 2019, aprimoramos os modelos de *collection scoring* baseados em múltiplas variáveis e com uso de *machine learning* para segmentação do público em *clusters* para: (i) ofertas personalizadas de desconto; (ii) produtos de renegociação (refinanciamento de contrato ou parcelamento de dívida em atraso); e (iii) ações conciliatórias e judiciais.

Essa orientação por *collection score* permitiu definir múltiplas possibilidades de ofertas e recomendações nas interações humanas e digitais com o cliente, com integrações (*Open API*) que permitem a negociação e disponibilização do boleto de pagamento de forma automática. A recuperação de créditos em atraso via plataformas digitais foi de R\$ 159 milhões no 4º trimestre, totalizando um volume de R\$ 611 milhões recuperados digitalmente no ano de 2019.

Desconsiderando as provisões adicionais nos *businesses* em *run off* mencionadas anteriormente, as despesas de provisões para créditos totalizaram R\$ 301 milhões no trimestre, frente aos R\$ 306 milhões do 3º trimestre de 2019 e aos R\$ 277 milhões do 4º trimestre de 2018. A recuperação de créditos anteriormente baixados a prejuízo foi de R\$ 59 milhões no 4º trimestre de 2019. Dessa forma, a despesa líquida de provisão de créditos totalizou R\$ 243 milhões, frente aos R\$ 248 milhões no 3º trimestre de 2019 e aos R\$ 207 milhões no 4º trimestre de 2018.

CUSTOS E DESPESAS

As despesas administrativas e de pessoal totalizaram R\$ 402 milhões no 4º trimestre de 2019, frente aos R\$ 365 milhões no 3º trimestre de 2019 e aos R\$ 268 milhões do 4º trimestre de 2018. A alta é justificada em grande parte pelo aumento de quadro, despesas e investimentos relacionados ao banco digital, além de campanhas publicitárias e gastos com *marketing*. Em 2019, as despesas totalizaram R\$ 1.336 milhões, frente aos R\$ 1.088 milhões em 2018.

As despesas com originação de créditos somaram R\$ 247 milhões ao final do trimestre, frente aos R\$ 233 milhões do 3º trimestre de 2019 e aos R\$ 196 milhões do 4º trimestre de 2018. Em 2019, as despesas com originação somaram R\$ 959 milhões, frente aos R\$ 809 milhões de 2018.

RESULTADO LÍQUIDO

No 4º trimestre de 2019, registramos lucro líquido de R\$ 167,6 milhões, com crescimento de 25% em relação ao lucro de R\$ 134,6 milhões do 3º trimestre de 2019 e alta de 128% frente ao lucro de R\$ 73,6 milhões do 4º trimestre de 2018. O Lucro Líquido Acumulado em 2019 totalizou R\$ 516 milhões, com crescimento de 133% frente ao Lucro Acumulado de R\$ 221,5 milhões em 2018.

Os principais fatores que sustentaram os resultados dos últimos trimestres foram: (i) melhoria da margem financeira; e (ii) provisões de crédito recorrente sob controle.

O retorno anualizado sobre patrimônio líquido médio foi de 13,7% no 4º trimestre de 2019, frente ao retorno de 11,9% no 3º trimestre de 2019 e de 7,2% no 4º trimestre de 2018. O retorno ajustado anualizado (não auditado) foi de 24,6% no 4º trimestre de 2019, frente aos retornos de 23,4% no 3º trimestre de 2019 e de 17,3% no 4º trimestre de 2018. No ano de 2019, o retorno sobre patrimônio líquido médio foi de 11,4%, frente ao retorno de 5,8% em 2018, e o retorno ajustado (não auditado) foi de 22,5% e 15,5% respectivamente.

O ajuste consiste na adequação de dois legados remanescentes: (i) o excesso de despesa financeira de CDB pré-fixados emitidos entre 2005 e 2008 (com vencimento médio em 2023), comparado ao que o PAN paga atualmente para o mesmo prazo no mercado e (ii) o excedente de crédito tributário de prejuízo fiscal, em relação ao mercado bancário, advindo das inconsistências contábeis encontradas em 2010.

PATRIMÔNIO LÍQUIDO E CAPITAL

O Patrimônio Líquido Consolidado do PAN totalizou R\$ 4.926 milhões em dezembro de 2019, frente aos R\$ 4.831 milhões em setembro de 2019 e aos R\$ 4.096 milhões em dezembro de 2018.

O Índice de Basileia do Conglomerado Prudencial encerrou o 4º trimestre de 2019 em 15,6% integralmente composto por Capital Principal frente aos 15,7% registrados ao final do 3º trimestre de 2019, integralmente composto por Capital Principal, e aos 14,1%, com 12,2% de Capital Principal, registrados no 4º trimestre de 2018.

AUDITORES INDEPENDENTES

As Informações Trimestrais e Demonstrações Contábeis do Banco passaram a ser auditadas, a partir do 1º trimestre de 2011, pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes ("PwC"). De acordo com o teor da Instrução CVM nº 381, o PAN contratou a PwC em 2019 para: (i) prestar serviço de revisão de *Compliance* com os requisitos da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), no valor de R\$ 250 mil, e (ii) prestar serviço de *Assessment de Cybersecurity* para adequação aos processos da nova regulamentação Bacen nº 4.658/18 no valor de R\$ 275 mil; (iii) prestar serviço de tecnologia forense no âmbito de *Cybersecurity* no valor de R\$ 895 mil; e (iv) despesas decorrentes do *follow on* no valor de R\$ 1.003 mil. A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do Auditor, de acordo com critérios internacionalmente aceitos, ou seja, o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover interesses deste.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos aos nossos colaboradores pelo empenho e engajamento na execução da estratégia de negócios do Pan, e aos nossos clientes, investidores e parceiros, que nos honram com seu reiterado apoio e confiança.

São Paulo, 29 de janeiro de 2020.

**BANCO PAN S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS****BALANÇO PATRIMONIAL****EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018**

(Em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Nota explicativa	Banco		Consolidado	
		31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
CIRCULANTE		14.663.180	10.875.103	14.725.201	10.950.678
Disponibilidades	5	1.441	16.374	4.220	19.714
Aplicações interfinanceiras de liquidez	6.a	1.242.794	3.897	1.242.794	3.897
Aplicações no mercado aberto		1.229.999	-	1.229.999	-
Aplicações em depósitos interfinanceiros		12.795	3.897	12.795	3.897
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	7	706.626	356.959	729.714	360.888
Carteira própria	7.a	122.788	216.196	145.772	219.350
Vinculados a compromissos de recompra	7.a	3.654	113.400	3.654	113.400
Instrumentos financeiros derivativos	7.a / 7.c	288.103	27.363	288.103	27.363
Vinculados ao Banco Central	7.a	215.420	-	215.420	-
Vinculados a prestação de garantias	7.a	76.661	-	76.765	775
Relações interfinanceiras		127.540	4.493	127.540	4.493
Créditos vinculados - Depósitos no Banco Central		101.569	549	101.569	549
Correspondentes no País		25.971	3.944	25.971	3.944
Operações de crédito	8	8.901.566	7.912.848	8.901.566	7.912.848
Operações de crédito - setor privado		9.892.003	8.795.475	9.892.003	8.795.475
(Provisão para créditos de liquidação duvidosa)	8.c	(990.437)	(882.627)	(990.437)	(882.627)
Operações de arrendamento mercantil	8	-	-	-	-
Operações de arrendamento a receber		-	-	-	29
(Provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa)	8.c	-	-	-	(29)
Outros créditos		3.376.630	2.215.249	3.404.182	2.273.380
Carteira de câmbio	9.a	-	38.858	-	38.858
Rendas a receber		5.708	1.667	1.874	1.760
Negociação e intermediação de valores		3.066	2.474	3.066	2.474
Recebíveis imobiliários	10	-	-	3.521	5.161
Títulos e créditos a receber	8 / 11	1.043.010	834.489	1.043.727	835.472
(Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa)	8.c	(164.230)	(106.450)	(164.230)	(106.450)
Diversos	11	2.489.076	1.444.211	2.516.224	1.496.105
Outros valores e bens		306.583	365.283	315.185	375.458
Outros valores e bens	12.a	364.659	392.529	373.676	403.834
(Provisão para desvalorização)	12.a	(84.916)	(53.628)	(86.219)	(54.925)
Despesas antecipadas	12.b	26.840	26.382	27.728	26.549
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		17.463.326	15.565.691	17.857.934	16.079.228
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	7	1.424.707	1.622.983	1.646.041	1.852.776
Carteira própria	7.a	605.125	997.016	826.459	1.225.198
Vinculados a compromissos de recompra	7.a	294.290	155.777	294.290	155.777
Instrumentos financeiros derivativos	7.a / 7.c	-	251.795	-	251.795
Vinculados ao Banco Central	7.a	314.016	-	314.016	-
Vinculados à prestação de garantias	7.a	211.276	218.395	211.276	220.006
Operações de crédito	8	11.986.053	10.344.899	11.986.053	10.344.899
Operações de crédito - setor privado		12.593.392	10.663.658	12.593.392	10.663.658
(Provisão para créditos de liquidação duvidosa)	8.c	(607.339)	(318.759)	(607.339)	(318.759)
Outros créditos		3.997.066	3.520.409	4.168.987	3.803.881
Recebíveis imobiliários	10	-	-	1.067	1.806
Títulos e créditos a receber	8 / 11	98.970	79.216	98.970	79.216
(Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa)	8.c	(66.729)	(23.788)	(66.729)	(23.788)
Diversos	11	3.964.825	3.464.981	4.135.679	3.746.647
Outros valores e bens		55.500	77.400	56.853	77.672
Despesas antecipadas	12.b	55.500	77.400	56.853	77.672
PERMANENTE		1.093.325	1.198.008	214.996	200.525
Investimentos		885.117	1.006.416	1.144	1.144
Participações em controladas	13.a	883.973	1.005.272	-	-
Outros investimentos	13.b	1.144	1.144	1.144	1.144
Imobilizado	14	28.628	24.093	28.628	24.093
Outras imobilizações de uso		80.456	70.991	80.456	70.991
(Depreciações acumuladas)		(51.828)	(46.898)	(51.828)	(46.898)
Intangível	15	179.580	167.499	185.224	175.288
Ativos intangíveis		469.035	420.884	490.955	442.804
(Amortizações acumuladas)		(289.455)	(253.385)	(305.731)	(267.516)
TOTAL DO ATIVO		33.219.831	27.638.802	32.798.131	27.230.431

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

**BANCO PAN S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS****BALANÇO PATRIMONIAL****EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018**

(Em milhares de reais - R\$)

PASSIVO	Nota explicativa	Banco		Consolidado	
		31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
CIRCULANTE		19.613.908	14.317.936	19.245.083	14.048.259
Depósitos	16.a	13.145.126	10.793.243	12.745.468	10.494.341
Depósitos à vista		26.614	17.369	26.574	17.319
Depósitos interfinanceiros		8.628.582	7.685.730	8.365.928	7.429.710
Depósitos a prazo		4.489.930	3.090.144	4.352.966	3.047.312
Captações no mercado aberto	16.b	200.370	162.094	199.993	162.094
Carteira própria		200.370	162.094	199.993	162.094
Recursos de aceites e emissão de títulos	16.c	650.925	621.507	650.925	621.507
Recursos de letras imobiliárias, hipotecárias, de crédito e similares		650.925	621.507	650.925	621.507
Relações interfinanceiras	17	933.731	728.628	933.731	728.628
Recebimentos de pagamentos a liquidar		796.912	615.912	796.912	615.912
Correspondentes no País		136.819	112.716	136.819	112.716
Relações interdependências		247	14	247	14
Recursos em trânsito de terceiros		247	14	247	14
Instrumentos financeiros derivativos	7.c	124.979	91.760	124.979	91.760
Instrumentos financeiros derivativos		124.979	91.760	124.979	91.760
Outras obrigações		4.558.530	1.920.690	4.589.740	1.949.915
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		7.176	4.921	7.176	4.921
Sociais e estatutárias		265.988	135.971	266.277	136.232
Fiscais e previdenciárias	20.a	328.077	44.390	346.731	58.210
Negociação e intermediação de valores		16.238	3.941	20.481	7.336
Dívidas subordinadas	18	1.876.865	208.154	1.876.865	208.154
Diversas	20.b	2.064.186	1.523.313	2.072.210	1.535.062
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		8.679.753	9.224.930	8.626.878	9.086.236
Depósitos	16.a	7.211.738	6.378.610	7.014.511	6.116.903
Depósitos interfinanceiros		521	33.728	-	33.728
Depósitos a prazo		7.211.217	6.344.882	7.014.511	6.083.175
Captações no mercado aberto	16.b	103.486	107.430	95.812	98.093
Carteira própria		103.486	107.430	95.812	98.093
Recursos de aceites e emissão de títulos	16.c	1.217.399	628.454	1.217.399	628.454
Recursos de letras imobiliárias, hipotecárias, de crédito e similares		1.217.399	628.454	1.217.399	628.454
Instrumentos financeiros derivativos	7.c	-	83.361	-	83.361
Instrumentos financeiros derivativos		-	83.361	-	83.361
Outras obrigações		147.130	2.027.075	299.156	2.159.425
Fiscais e previdenciárias	20.a	13.417	-	94.982	81.270
Dívidas subordinadas	18	8.455	1.769.978	8.455	1.769.978
Diversas	20.b	125.258	257.097	195.719	308.177
RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS		2	17	2	17
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	21	4.926.168	4.095.919	4.926.168	4.095.919
Capital social:		3.653.410	3.653.410	3.653.410	3.653.410
De domiciliados no País		3.261.355	3.290.152	3.261.355	3.290.152
De domiciliados no Exterior		392.055	363.258	392.055	363.258
Aumento de capital		521.812	-	521.812	-
Reserva de capital		207.322	207.322	207.322	207.322
Reserva de lucros		557.982	243.295	557.982	243.295
Ajustes de avaliação patrimonial		(14.358)	(8.108)	(14.358)	(8.108)
TOTAL DO PASSIVO		33.219.831	27.638.802	32.798.131	27.230.431

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

**BANCO PAN S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS****DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO****PARA O 2º SEMESTRE DE 2019 E OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018**

(Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro líquido por ação)

Nota explicativa	Banco		Banco		Consolidado	
	2º Semestre 2019	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		4.354.748	8.148.467	7.075.335	8.190.959	7.099.373
Rendas de operações de crédito	8.g	4.316.980	8.117.738	6.892.720	8.124.178	6.901.778
Resultado de operações de arrendamento mercantil	8.g	-	-	-	842	259
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	7.d	57.595	118.374	168.538	153.584	183.259
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	7.c	(29.138)	(101.386)	27	(101.386)	27
Resultado de operação de câmbio	9.b	528	4.958	12.386	4.958	12.386
Resultado das aplicações compulsórias		8.783	8.783	1.664	8.783	1.664
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(2.094.432)	(3.822.002)	(3.193.281)	(3.787.614)	(3.159.715)
Operações de captação no mercado	16.d	(1.149.191)	(2.259.476)	(2.052.911)	(2.225.116)	(2.019.310)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	8.c	(945.241)	(1.562.526)	(1.140.370)	(1.562.498)	(1.140.405)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		2.260.316	4.326.465	3.882.054	4.403.345	3.939.658
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		(2.336.297)	(4.092.012)	(3.418.788)	(4.013.013)	(3.461.382)
Receitas de prestação de serviços	22	207.440	391.949	348.217	417.654	377.558
Resultado de participações em controladas	13.a	(120.986)	(110.225)	25.824	-	-
Despesas de pessoal	23	(274.275)	(499.872)	(413.713)	(501.695)	(420.712)
Outras despesas administrativas	24	(1.170.075)	(2.136.066)	(1.728.801)	(2.164.636)	(1.762.999)
Despesas tributárias	25	(129.298)	(213.185)	(160.665)	(222.775)	(172.312)
Outras receitas operacionais	26.a	146.139	315.919	292.413	333.336	327.544
Outras despesas operacionais	26.b	(995.242)	(1.840.532)	(1.782.063)	(1.874.897)	(1.810.461)
RESULTADO OPERACIONAL		(75.981)	234.453	463.266	390.332	478.276
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	27	(11.367)	(33.959)	(21.512)	(34.189)	(21.410)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O RESULTADO E PARTICIPAÇÕES		(87.348)	200.494	441.754	356.143	456.866
PROVISÃO PARA IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	31.a	389.469	315.441	(220.239)	159.792	(235.351)
Provisão para imposto de renda		(138.202)	(178.149)	(5.188)	(188.630)	(11.321)
Provisão para contribuição social		(88.899)	(113.459)	(5.140)	(117.643)	(8.061)
Ativo fiscal diferido		616.570	607.049	(209.911)	466.065	(215.969)
LUCRO LÍQUIDO		302.121	515.935	221.515	515.935	221.515
MÉDIA PONDERADA DA QUANTIDADE DE AÇÕES EM CIRCULAÇÃO		-	1.160.254	1.079.749	-	-
LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO - R\$		-	0,44	0,21	-	-

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

**BANCO PAN S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS****DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
PARA O 2º SEMESTRE DE 2019 E OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018**
(Em milhares de reais - R\$)

Nota explicativa	Banco		Banco		Consolidado	
	2º Semestre 2019	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	
RECEITAS	2.768.442	5.443.248	4.795.950	5.495.418	4.857.252	
Intermediação financeira	4.354.748	8.148.467	7.075.335	8.190.959	7.099.373	
Prestação de serviços	207.440	391.949	348.217	417.654	377.558	
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(945.241)	(1.562.526)	(1.140.370)	(1.562.498)	(1.140.405)	
Outras receitas/(despesas)	(848.505)	(1.534.642)	(1.487.232)	(1.550.697)	(1.479.274)	
DESPESAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	16.d	(1.149.191)	(2.259.476)	(2.225.116)	(2.019.310)	
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS		(1.115.901)	(2.038.808)	(1.661.531)	(2.066.923)	(1.695.300)
Materiais, energia e outros	24	(2.232)	(4.403)	(3.201)	(4.409)	(3.209)
Serviços de terceiros	24	(174.833)	(317.348)	(281.110)	(333.447)	(300.473)
Comissões pagas a correspondentes bancários	24	(581.509)	(1.120.715)	(912.423)	(1.127.016)	(920.401)
Outras		(357.327)	(596.342)	(464.797)	(602.051)	(471.217)
Processamento de dados	24	(125.551)	(221.383)	(175.130)	(222.961)	(175.344)
Serviços do sistema financeiro	24	(101.241)	(165.874)	(127.737)	(166.704)	(128.693)
Comunicações	24	(24.006)	(46.937)	(47.062)	(47.138)	(47.332)
Despesas com busca e apreensão de bens	24	(15.314)	(30.766)	(29.971)	(30.781)	(30.066)
Propaganda, promoções e publicações	24	(49.765)	(64.888)	(26.340)	(65.227)	(26.838)
Transportes	24	(3.198)	(5.815)	(4.974)	(5.828)	(4.994)
Manutenção e conservação de bens	24	(3.403)	(6.243)	(5.151)	(6.249)	(5.161)
Taxas e emolumentos	24	(2.340)	(5.305)	(5.025)	(5.988)	(5.995)
Viagens	24	(4.266)	(6.773)	(3.315)	(6.779)	(3.323)
Outras		(28.243)	(42.358)	(40.092)	(44.396)	(43.471)
VALOR ADICIONADO BRUTO		503.350	1.144.964	1.081.508	1.203.379	1.142.642
DEPRECIações E AMORTIZAÇÕES		(35.990)	(65.908)	(50.527)	(67.074)	(51.697)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE		467.360	1.079.056	1.030.981	1.136.305	1.090.945
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	13.a	(120.986)	(110.225)	25.824	-	-
Resultado de participações em controladas		(120.986)	(110.225)	25.824	-	-
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR		346.374	968.831	1.056.805	1.136.305	1.090.945
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		346.374	968.831	1.056.805	1.136.305	1.090.945
Pessoal		239.235	434.071	357.336	435.662	363.244
Remuneração direta	23	184.021	331.309	273.130	332.525	278.575
Benefícios	23	40.179	74.325	62.346	74.627	62.714
FGTS		11.579	21.872	18.576	21.945	18.670
Outros	23	3.456	6.565	3.284	6.565	3.285
Impostos, taxas e contribuições		(225.131)	(36.455)	437.281	129.057	465.131
Federal		(234.779)	(54.631)	421.583	108.161	446.056
Estadual		11	15	5	15	5
Municipal		9.637	18.161	15.693	20.881	19.070
Remuneração de capitais de terceiros	24	30.149	55.280	40.673	55.651	41.055
Aluguéis		30.149	55.280	40.673	55.651	41.055
Remuneração de capitais próprios	21.d	302.121	515.935	221.515	515.935	221.515
Juros sobre o capital próprio e dividendos		117.609	201.248	86.715	201.248	86.715
Lucros retidos		184.512	314.687	134.800	314.687	134.800

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

**BANCO PAN S.A.****DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO CONTROLADOR
PARA O 2º SEMESTRE DE 2019 E OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018**
(Em milhares de reais - R\$)

	Capital social	Aumento de capital	Reserva de capital	Reservas de Lucros			Lucros acumulados	Total
				Legal	Para Integridade do Patrimônio Líquido	Ajuste de avaliação patrimonial		
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	3.460.732	-	-	8.915	99.580	(13.403)	-	3.555.824
Aumento de capital (Nota 21.a)	192.678	-	207.322	-	-	-	-	400.000
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	5.295	-	5.295
Lucro líquido	-	-	-	-	-	-	221.515	221.515
Destinações:								
Reserva Legal (Nota 21.c)	-	-	-	11.076	-	-	(11.076)	-
Transferência de Lucros Acumulados para Reserva de Lucros (Nota 21.c)	-	-	-	-	123.724	-	(123.724)	-
Juros sobre o capital próprio (Nota 21.d)	-	-	-	-	-	-	(86.715)	(86.715)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	3.653.410	-	207.322	19.991	223.304	(8.108)	-	4.095.919
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	3.653.410	-	207.322	19.991	223.304	(8.108)	-	4.095.919
Aumento de capital (Nota 21.a)	-	521.812	-	-	-	-	-	521.812
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	(6.250)	-	(6.250)
Lucro líquido	-	-	-	-	-	-	515.935	515.935
Destinações:								
Reserva Legal (Nota 21.c)	-	-	-	25.797	-	-	(25.797)	-
Transferência de Lucros Acumulados para Reserva de Lucros (Nota 21.c)	-	-	-	-	288.890	-	(288.890)	-
Juros sobre o capital próprio e dividendos (Nota 21.d)	-	-	-	-	-	-	(201.248)	(201.248)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	3.653.410	521.812	207.322	45.788	512.194	(14.358)	-	4.926.168
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2019	3.653.410	-	207.322	19.991	223.304	(7.646)	130.175	4.226.556
Aumento de capital (Nota 21.a)	-	521.812	-	-	-	-	-	521.812
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	(6.712)	-	(6.712)
Lucro líquido	-	-	-	-	-	-	302.121	302.121
Destinações:								
Reserva Legal (Nota 21.c)	-	-	-	25.797	-	-	(25.797)	-
Transferência de Lucros Acumulados para Reserva de Lucros (Nota 21.c)	-	-	-	-	288.890	-	(288.890)	-
Juros sobre o capital próprio e dividendos (Nota 21.d)	-	-	-	-	-	-	(117.609)	(117.609)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	3.653.410	521.812	207.322	45.788	512.194	(14.358)	-	4.926.168

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

**BANCO PAN S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS****DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA O 2º SEMESTRE DE 2019 E OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018**
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Banco		Banco		Consolidado	
		2º Semestre 2019	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS:							
LUCRO LÍQUIDO		302.121	515.935	221.515	515.935	221.515	
Ajustes que não afetam o fluxo de caixa:							
Depreciações e amortizações	24	24.025	41.978	26.597	42.021	26.644	
Amortização de ágio	26.b	11.965	23.930	23.930	25.053	25.053	
Constituição de provisões cíveis, trabalhistas e fiscais	19	104.532	175.532	276.752	200.210	278.263	
Atualizações monetárias das provisões cíveis, trabalhistas e fiscais	19	3.855	3.855	5.852	4.242	7.059	
Reversão/(desvalorização) de outros valores e bens	27	(3.438)	(8.512)	(9.419)	(8.521)	(9.476)	
Resultado na alienação de outros valores e bens	27	16.032	42.513	31.298	42.752	31.253	
Resultado de participações em controladas	13.a	120.986	110.225	(25.824)	-	-	
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	8.c	945.241	1.562.526	1.140.370	1.562.498	1.140.405	
Imposto de renda e contribuição social - diferido		(616.570)	(607.049)	209.911	(466.065)	215.969	
Resultado líquido ajustado		908.749	1.860.933	1.900.982	1.918.125	1.936.685	
Varição de Ativos e Passivos:							
(Aumento)/Redução em aplicações interfinanceiras de liquidez		(5.821)	(8.898)	873.374	(8.898)	873.374	
(Aumento) em títulos e valores mobiliários		(347.398)	(44.982)	(439.901)	(61.882)	(396.802)	
(Aumento) em instrumentos financeiros derivativos		(34.638)	(59.087)	(135.313)	(59.087)	(135.313)	
Redução/(Aumento) em relações interfinanceiras		436.978	82.056	(100.600)	82.056	(100.600)	
(Aumento) em operações de crédito		(1.570.173)	(4.150.758)	(2.901.699)	(4.150.758)	(2.901.699)	
Redução em operações de arrendamento mercantil		-	-	-	28	141	
(Aumento) em outros créditos		(347.854)	(1.071.492)	(614.611)	(1.070.911)	(600.410)	
(Aumento) em outros valores e bens		(80.074)	(165.510)	(157.004)	(165.291)	(153.533)	
Aumento em depósitos		1.315.532	3.185.011	3.037.008	3.148.735	2.955.691	
(Redução)/Aumento em captações no mercado aberto		(406.297)	34.332	(1.329.790)	35.618	(1.331.300)	
Aumento em recursos de aceites e emissão de títulos		57.968	104.269	101.929	104.269	97.715	
Aumento em outras obrigações		818.480	963.229	252.680	972.145	263.929	
Aumento/(Redução) em relações interdependências		12	233	(4.495)	233	(4.495)	
(Redução) em resultado de exercícios futuros		(4)	(15)	(75)	(15)	(75)	
Pagamento de imposto de renda e contribuição social		(134.419)	(158.683)	(25.971)	(171.002)	(42.330)	
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		611.040	570.637	456.515	573.365	460.978	
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:							
(Aumento) em títulos e valores mobiliários disponíveis para venda		(331.635)	(610.897)	(570.541)	(610.897)	(570.541)	
Redução em títulos e valores mobiliários disponíveis para venda		284.812	565.001	810.628	565.001	810.628	
(Aumento) em títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento		(111.200)	(415.700)	(402.555)	(415.700)	(402.555)	
Redução em títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento		20.008	364.082	345.200	364.082	345.200	
Alienação de bens não de uso próprio		116.252	213.106	184.980	213.149	185.094	
(Aquisição) de investimentos		-	-	(765)	-	(765)	
(Aquisição) de imobilizado	14.b	(11.955)	(15.708)	(6.644)	(15.708)	(6.644)	
(Aumento) de intangível	15.b	(36.040)	(67.407)	(63.023)	(67.407)	(63.094)	
Dividendos recebidos		3.332	3.332	5.378	-	-	
CAIXA LÍQUIDO (USADO)/PROVENIENTE NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		(66.426)	35.809	302.658	32.520	297.323	
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:							
Emissão de recursos de aceites e emissão de títulos		385.339	1.350.272	693.498	1.350.272	693.498	
Resgate de recursos de aceites e emissão de títulos		(450.974)	(836.178)	(1.790.807)	(836.178)	(1.790.807)	
Emissão de dívidas subordinadas		-	8.000	-	8.000	-	
Resgate de dívidas subordinadas		(81.071)	(348.571)	(137.938)	(348.571)	(137.938)	
Aumento de capital	21.a	521.812	521.812	400.000	521.812	400.000	
Juros sobre o capital próprio pagos		-	(86.715)	(69.800)	(86.715)	(69.800)	
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE/(USADO) NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		375.106	608.620	(905.047)	608.620	(905.047)	
AUMENTO/(REDUÇÃO) LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		919.720	1.215.066	(145.874)	1.214.505	(146.746)	
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO PERÍODO	5	311.720	16.374	162.248	19.714	166.460	
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FINAL DO PERÍODO	5	1.231.440	1.231.440	16.374	1.234.219	19.714	
INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES SOBRE O FLUXO DE CAIXA							
Juros pagos		(1.122.638)	(2.141.766)	(1.936.806)	(2.130.288)	(1.926.508)	
Juros recebidos		3.833.848	8.241.468	7.511.366	8.249.231	7.532.365	
Transferência de ativos não de uso próprio		216	1.890	(2.006)	1.890	(2.006)	
Ganhos/(Perdas) não realizados em títulos disponíveis para venda		8.793	9.476	7.994	9.476	7.994	

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

1) Contexto Operacional

O Banco PAN S.A. ("Banco PAN" ou "Instituição"), é uma sociedade anônima de capital aberto e está autorizado a operar como banco múltiplo. Atua direta ou indiretamente por meio de suas controladas nos mercados de empréstimo consignado, cartão de crédito consignado, financiamento de veículos, cartão de crédito institucional e consórcio de veículos e imóveis. Além disso, possui carteiras em *run-off* de financiamento para empresas, financiamento para construção a incorporadores e construtores, financiamento e empréstimo imobiliário, financiamento de máquinas e equipamentos, operações de câmbio, aquisição de recebíveis imobiliários, arrendamento mercantil de veículos e outros bens. Os benefícios dos serviços prestados entre as empresas do Conglomerado e os custos das estruturas operacional e administrativa são absorvidos, em conjunto ou individualmente, por essas empresas.

Como estratégia alternativa à captação de recursos no mercado e parte integrante do plano de negócios, o Banco PAN também realiza cessões de créditos (com transferência ou retenção substancial de riscos e benefícios) de sua carteira para outras instituições financeiras. Na cessão de crédito com transferência substancial dos riscos e benefícios, o resultado é reconhecido de imediato nas receitas e despesas destas operações, bem como observa-se a redução dos ativos de risco e consequente adequação de capital (Nota 3.h). Os resultados estão refletidos nas demonstrações contábeis individuais em receitas de intermediação financeira.

O Banco PAN é controlado conjuntamente pelo Banco BTG Pactual S.A. ("BTG Pactual") e pela Caixa Participações S.A. - CAIXAPAR ("CAIXAPAR"), subsidiária integral da Caixa Econômica Federal, mediante acordo de acionistas.

Em 08/03/2019, a acionista co-controladora CAIXAPAR notificou o exercício do direito de aquisição de 50% das ações subscritas e integralizadas pelo acionista co-controlador BTG Pactual no âmbito do aumento de capital aprovado pelo Conselho de Administração em 6/11/2017, no montante de R\$ 400.000.001,04, e homologado pelo Banco Central do Brasil ("BACEN") em 18/04/2018 ("Exercício de Opção de Compra"). A liquidação da Opção de Compra, com a efetiva transferência das ações, foi concluída em 24/12/2019.

Adicionalmente, conforme divulgado em fatos relevantes publicados nos dias 09/09/2019 e 19/09/2019, o Banco PAN efetuou oferta pública primária de 63.250.000 novas ações preferenciais de sua emissão, já considerando o lote adicional ("Oferta Primária"), bem como oferta pública secundária de 63.250.000 ações preferenciais de emissão do Banco PAN e titularidade da CAIXAPAR, já considerando o lote adicional ("Oferta Secundária" e, em conjunto com a Oferta Primária, a "Oferta"). No dia 19/09/2019, o Conselho de Administração da Instituição e da CAIXAPAR aprovaram, no contexto da Oferta, o preço por ação de R\$ 8,25, resultando em um montante total da Oferta de R\$ 1.043.625.000,00, sendo R\$ 521.812.500,00 no âmbito da Oferta Primária e um consequente aumento do capital social do Banco PAN no valor de R\$ 521.812.500,00.

O aumento de capital, decorrente da Oferta Primária, foi homologado pelo BACEN em 14/01/2020, e comunicado à Instituição em 15/01/2020, de forma que o capital social do Banco PAN passa a ser de R\$ 4.175.222.121,46, representado por 1.205.056 mil ações, distribuído da seguinte forma:

Acionistas	Composição Acionária (em milhares de ações)					
	Ordinárias	%	Preferenciais	%	Total	%
BTG Pactual	334.131	50,8	142.149	26,0	476.280	39,5
CAIXAPAR	323.430	49,2	89.600	16,4	413.030	34,3
Mercado	-	-	315.747	57,7	315.747	26,2
Total	657.561	100,0	547.495	100,0	1.205.056	100,0

2) Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis do Banco PAN estão sendo apresentadas em conjunto com as demonstrações contábeis do Banco e suas empresas controladas (Consolidado), e foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), com observância das disposições emanadas das Leis nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), com alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, para a contabilização das operações, associadas às normas e diretrizes estabelecidas pelo BACEN, Resoluções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), quando aplicável.

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas do Banco PAN foram aprovadas pelo Conselho de Administração e Diretoria em 29/01/2020.

As sociedades controladas incluídas na consolidação e o percentual de participação do controlador são os seguintes:

Controladas Diretas	Participação total %	
	31/12/2019	31/12/2018
Pan Arrendamento Mercantil S.A.	100,00	100,00
Brazilian Finance & Real Estate S.A.	100,00	100,00
Brazilian Securities Companhia de Securitização.	100,00	100,00
Pan Administradora de Consórcio Ltda.	100,00	100,00
BM Sua Casa Promotora de Vendas Ltda.	100,00	100,00

3) Principais Práticas Contábeis

a) Moeda funcional e de apresentação:

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais, moeda funcional do Banco PAN.

b) Apuração do resultado:

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério *pro rata die* para aquelas de natureza financeira. Estas de natureza financeira são calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relacionadas com operações no exterior ou a títulos descontados, as quais são calculadas pelo método linear. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço pelos índices pactuados.

c) Caixa e equivalentes de caixa:

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira, aplicações no mercado aberto, aplicações em depósitos interfinanceiros, certificados de depósitos bancários e fundos de renda fixa cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo, os quais são utilizados pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

d) Aplicações interfinanceiras de liquidez:

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas pelo valor da aplicação, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

e) Títulos e valores mobiliários:

Os títulos e valores mobiliários são contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos e apresentados no balanço patrimonial, conforme Circular BACEN nº 3.068/2001. São classificados nas seguintes categorias:

- Títulos para negociação – são títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados, ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;
- Títulos disponíveis para venda – são títulos e valores mobiliários que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento, ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, pelo valor líquido dos efeitos tributários. Ganhos e perdas não realizados são reconhecidos no resultado do período, quando efetivamente realizados; e
- Títulos mantidos até o vencimento – são títulos e valores mobiliários para os quais há a intenção ou obrigação e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

f) Instrumentos financeiros derivativos:

Os instrumentos financeiros derivativos são compostos pelas operações de contratos futuros, *swap* e termo. São classificados de acordo com a intenção da Administração, na data da contratação da operação, levando-se em conta se sua finalidade é para proteção contra risco (*hedge*) ou não. As valorizações ou desvalorizações são registradas em contas de receitas ou despesas dos respectivos instrumentos financeiros de acordo com a Circular BACEN nº 3.082/02 e a Carta-Circular BACEN nº 3.026/02.

As operações com instrumentos financeiros derivativos são avaliadas a valor de mercado, contabilizando-se sua valorização ou desvalorização em contas de resultado. Para os instrumentos financeiros derivativos considerados como *hedge* de risco de mercado, também são registrados ganhos ou perdas no resultado, realizados ou não realizados, dos ativos e passivos financeiros objeto de *hedge*.

O Banco PAN utiliza instrumentos financeiros derivativos prioritariamente como *hedge* para compensar variações desfavoráveis de valor de mercado nas posições assumidas.

O valor de mercado dos instrumentos financeiros derivativos e dos respectivos objetos de *hedge* é apurado utilizando-se das informações de mercado disponíveis, principalmente os preços e as taxas divulgados pela B3 S.A. Quando aplicáveis, são utilizados modelos matemáticos de interpolação de taxas para os prazos intermediários e de extrapolação de taxas para os prazos superiores.

Para a apuração do valor de mercado dos contratos de *swap*, foi utilizado o fluxo de caixa futuro, descontado a valor presente pelas curvas de juros futuros, obtidas com base em informações da B3 S.A.

O processo de marcação a mercado para os contratos futuros, tais como os contratos de juros (DI 1 dia), câmbio (DOL) e cupom cambial (DDI) é definido pelo preço de mercado em formato de Preço Único (PU) que é divulgado diariamente pela B3 S.A.. A partir deste preço, os valores dos ajustes diários são registrados e contabilizados no ativo ou no passivo, sendo apropriados diariamente ao resultado como receita ou despesa.

As operações com instrumentos financeiros derivativos (contratos futuros, termo de moeda e *swap*) são custodiadas na B3 S.A. (bolsa) ou no Balcão Organizado de Ativos e Derivativos (B3 S.A. - balcão). Os diferenciais a receber e a pagar, dos instrumentos financeiros derivativos, ativos e passivos, são registrados nas respectivas contas patrimoniais de "instrumentos financeiros derivativos" em contrapartida às respectivas contas de "resultado com instrumentos financeiros derivativos" e os valores nominais dessas operações são registrados em contas de compensação.

Os saldos patrimoniais e de resultado estão demonstrados na nota 7c.

g) Operações de crédito:

As operações de crédito, arrendamento mercantil, adiantamento sobre contratos de câmbio, recebíveis imobiliários e outros créditos com características de concessão de crédito, são registradas a valor presente, calculadas "pro-rata-dia" com base na variação do indexador e na taxa de juros, até o 59º dia de atraso.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, que considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação à operação, aos devedores e garantidores, com observância as diretrizes estabelecidas pela Resolução CMN nº 2.682/99, que determina a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo). Adicionalmente, também são considerados, para atribuição dos níveis de riscos dos clientes os períodos de atraso definidos na referida Resolução, assim como a contagem em dobro para as operações com prazo a decorrer superior a 36 meses.

As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas. As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por 6 meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e passam a ser controladas em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial do Banco.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas anteriormente à renegociação. As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão, e que estavam em contas de compensação, são classificadas como nível "H" e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos. Quando houver amortização significativa de operação de crédito ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança de níveis de risco, poderá ocorrer a reclassificação de operação para categoria de menor risco.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é apurada em valor suficiente para cobrir prováveis perdas e considera as normas e instruções do CMN e do BACEN, associadas às avaliações realizadas pela Administração na determinação dos riscos de crédito.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa relativa às operações de crédito cedidas com retenção substancial de riscos e benefícios é calculada de acordo com as mesmas diretrizes estabelecidas pelo BACEN para as operações de crédito ativas.

h) Operações de venda ou transferência de ativos financeiros:

A partir de 01/01/2012, conforme determinado pela Resolução CMN nº 3.533/08, as operações de venda ou transferência de ativos financeiros são classificadas e registradas conforme segue:

- Para o registro contábil da venda ou da transferência de ativos financeiros classificada na categoria operações com transferência substancial dos riscos e benefícios, são observados os seguintes procedimentos:

Em operações de venda de ativos, o ativo financeiro objeto de venda ou de transferência é baixado do título contábil utilizado para registro da operação original. O resultado positivo ou negativo apurado na negociação é apropriado ao resultado do período de forma segregada; e

Em operações de compra de ativos, o ativo financeiro adquirido é registrado pelo valor pago, em conformidade com a natureza da operação original.

- Para o registro contábil da venda ou da transferência de ativos financeiros classificada na categoria operações com retenção substancial dos riscos e benefícios, são observados os seguintes procedimentos:

Em operações de venda de ativos, o ativo financeiro objeto da venda ou da transferência permanece, na sua totalidade, registrado no ativo. Os valores recebidos na operação são registrados no ativo, tendo como contrapartida o passivo referente à obrigação assumida e as receitas/despesas são apropriadas de forma segregada ao resultado do período pelo prazo remanescente da operação; e

Em operações de compra de ativos, os valores pagos na operação são registrados no ativo como direito a receber e as receitas são apropriadas ao resultado do período, pelo prazo remanescente da operação.

i) Outros valores e bens:

Compostos, basicamente, por bens não de uso próprio e despesas antecipadas. Os bens não de uso próprio, correspondem a bens reintegrados ou recebidos em dação de pagamento disponíveis para venda, os quais são ajustados por meio da constituição de provisão para desvalorização, quando aplicável, calculada com base na perda histórica de bens não de uso alienados. As despesas antecipadas correspondem a aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros, sendo tais gastos apropriados ao resultado no período da geração destes benefícios.

j) Investimentos:

As participações em controladas são avaliadas pelo método da equivalência patrimonial. Os demais investimentos são avaliados ao custo de aquisição, deduzido, quando aplicável, da respectiva provisão para perdas e de redução ao valor recuperável.

k) Imobilizado:

Corresponde aos direitos que tenham por objetivo bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram os riscos, benefícios e controles dos bens para a entidade. Estão representados basicamente por instalações, benfeitorias em imóveis de terceiros, móveis e equipamentos de uso.

É demonstrado pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada e ajustada por redução ao valor recuperável, quando aplicável. A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com taxas anuais que contemplam o prazo de vida útil-econômica estimada dos bens.

Os bens imobilizados adquiridos a partir de 01/01/2017, são demonstrados conforme regras estabelecidas na Resolução nº 4.535/16.

l) Intangível:

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade.

É demonstrado pelo custo de aquisição e pelos demais custos diretamente atribuíveis, deduzido da amortização acumulada e ajustado por redução ao valor recuperável, quando aplicável. Estão representados, basicamente, por ágios pagos por rentabilidade futura de investimento, licenças e gastos com aquisição e desenvolvimentos logiciais. A amortização dos ativos com vida útil definida é calculada pelo método linear, com base nos prazos estimados de sua utilização.

Os bens intangíveis adquiridos a partir de 01/01/2017, são demonstrados conforme regras estabelecidas na Resolução nº 4.534/16.

m) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (*impairment*):

Os ativos não financeiros estão sujeitos à avaliação ao valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda dos seus valores. Caso uma perda seja detectada, esta é reconhecida no resultado do período quando o valor contábil do ativo exceder o seu valor recuperável, que é apurado da seguinte forma:

- i. Potencial valor de venda, ou valor de realização deduzido das respectivas despesas; ou
- ii. Valor em uso calculado pela unidade geradora de caixa.

Unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera entradas de caixa, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou outros grupos de ativos.

n) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo):

As provisões para imposto de renda e contribuição social, quando devidos, são constituídas com base no lucro contábil, ajustado pelas adições e exclusões previstas na legislação fiscal. Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observando o limite de 30% do lucro real do período-base. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente baseados nas expectativas atuais de realização, as quais são revistas periodicamente considerando estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

As alíquotas dos tributos, bem como suas bases de cálculo estão detalhadas na Nota Explicativa 31.

o) Depósitos e captações no mercado aberto:

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicáveis, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base *pro rata die*.

p) Práticas contábeis específicas do segmento de consórcio:

A taxa de Administração é contabilizada quando do seu recebimento pelos grupos de consórcio. A comissão sobre vendas de cotas é contabilizada quando da comercialização das mesmas e as demais receitas e despesas são contabilizadas de acordo com o regime de competência mensal.

As obrigações por recursos não procurados estão registradas pelo valor a ser devolvido aos consorciados dos grupos encerrados, incluindo remuneração igual à do rendimento gerado pelas suas cotas de fundos de investimento nos quais os grupos ativos têm aplicações.

q) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais (fiscais e previdenciárias):

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, dos ativos e passivos contingentes e das obrigações legais (fiscais e previdenciárias) são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN nº 3.823/09, sendo os principais critérios os seguintes:

- Ativos Contingentes – não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, exceto quando da existência de evidências que assegurem elevado grau de confiabilidade de sua realização;
- Provisões – são reconhecidas nas demonstrações contábeis quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, e sempre que os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;
- Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis ou remotas, devendo ser apenas, divulgados em notas explicativas, quando relevantes; e
- Obrigações legais (fiscais e previdenciárias) - referem-se as demandas judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, que independentemente de avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

r) Benefício residual em operações securitizadas:

Corresponde ao saldo residual, líquido de eventuais garantias prestadas, dos patrimônios separados das operações securitizadas que, de acordo com a Lei nº 9.514/97, será reintegrado ao patrimônio comum da companhia securitizadora no momento da extinção do regime fiduciário e liquidação dos respectivos certificados de recebíveis imobiliários e do agronegócio.

s) Lucro por ação:

O lucro por ação é calculado com base nas quantidades de ações em circulação, nas datas das demonstrações contábeis.

t) Uso de estimativas contábeis:

A preparação das demonstrações contábeis exige que a administração efetue estimativas e adote premissas, no melhor de seu julgamento, que afetam os montantes de ativos e passivos, financeiros ou não, receitas e despesas e outras transações, tais como: (i) a estimativa dos créditos tributários ativados; (ii) as taxas de depreciação dos itens do ativo imobilizado e amortizações de intangíveis; (iii) provisões necessárias para absorver eventuais riscos decorrentes das ações cíveis, trabalhistas ou tributárias; (iv) provisões para perdas em bens não de uso; (v) perda ao valor recuperável de ativos não financeiros e (vi) estimativa do valor justo de certos instrumentos financeiros. Os valores de eventual liquidação destes ativos e passivos, financeiros ou não, podem vir a ser diferentes dos valores apresentados com base nessas estimativas.

**u) Eventos subsequentes:**

Referem-se a eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de sua aprovação pelos órgãos de Administração. São divididos em:

- i. eventos que originam ajustes, relacionados a condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- ii. eventos que não originam ajustes, relacionados a condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

4) Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado por Segmento de Negócio**a) Balanço Patrimonial Consolidado:**

Ativo	Financeiro (1)	Consórcio (2)	Securitização (3)	Outros (4)	Eliminações (5)	Total
Circulante e realizável a longo prazo	32.205.110	73.531	226.957	426.741	(349.204)	32.583.135
Disponibilidades	1.443	25	2.768	19	(35)	4.220
Aplicações interfinanceiras de liquidez	1.242.794	8.052	-	-	(8.052)	1.242.794
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	2.131.333	50.300	155.556	372.236	(333.670)	2.375.755
Relações interfinanceiras	127.540	-	-	-	-	127.540
Operações de crédito e de arrendamento mercantil (6)	20.887.619	-	-	-	-	20.887.619
Outros créditos e outros valores e bens	7.814.381	15.154	68.633	54.486	(7.447)	7.945.207
Permanente	887.793	213	1.026	1.877	(675.913)	214.996
Total em 31/12/2019	33.092.903	73.744	227.983	428.618	(1.025.117)	32.798.131
Total em 31/12/2018	27.494.548	69.861	225.253	404.791	(964.022)	27.230.431

Passivo	Financeiro (1)	Consórcio (2)	Securitização (3)	Outros (4)	Eliminações (5)	Total
Circulante e exigível a longo prazo	28.166.735	17.821	14.306	18.959	(349.204)	27.871.963
Depósitos	20.093.684	-	-	-	(333.705)	19.759.979
Captações no mercado aberto	303.857	-	-	-	(8.052)	295.805
Recursos de emissão de títulos	1.868.324	-	-	-	-	1.868.324
Relações interfinanceiras e interdependências	933.978	-	-	-	-	933.978
Instrumentos financeiros derivativos	124.979	-	-	-	-	124.979
Outras obrigações	4.841.913	17.821	14.306	22.305	(7.447)	4.888.898
Patrimônio líquido	4.926.168	55.923	213.677	406.313	(675.913)	4.926.168
Total em 31/12/2019	33.092.903	73.744	227.983	428.618	(1.025.117)	32.798.131
Total em 31/12/2018	27.494.548	69.861	225.253	404.791	(964.022)	27.230.431

b) Demonstração do Resultado Consolidado:

	Financeiro (1)	Consórcio (2)	Securitização (3)	Outros (4)	Eliminações (5)	Total
Receitas da intermediação financeira	8.149.309	3.302	13.393	44.250	(19.295)	8.190.959
Despesas da intermediação financeira	(3.806.909)	-	-	-	19.295	(3.787.614)
Resultado bruto	4.342.400	3.302	13.393	44.250	-	4.403.345
Outras receitas/(despesas) operacionais	(3.972.252)	6.198	(6.799)	(1.137)	(39.023)	(4.013.013)
Resultado não operacional	(33.982)	-	(207)	-	-	(34.189)
Provisão para IR e CSLL	179.769	(3.231)	(2.136)	(14.610)	-	159.792
Resultado Líquido em 31/12/2019	515.935	6.269	4.251	28.503	(39.023)	515.935
Resultado Líquido em 31/12/2018	221.515	5.129	831	15.990	(21.950)	221.515

(1) Representado pelas empresas Banco PAN S.A. e Pan Arrendamento Mercantil S.A.;

(2) Representado pela empresa Pan Administradora de Consórcio Ltda.;

(3) Representado pela empresa Brazilian Securities Companhia de Securitização;

(4) Representado pela empresa BM Sua Casa Promotora de Vendas Ltda e Brazilian Finance & Real Estate S.A.;

(5) Representam as eliminações entre empresas de segmentos diferentes; e

(6) Valores líquidos de provisão para créditos de liquidação duvidosa.

5) Caixa e Equivalentes de Caixa

	Banco		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Disponibilidades em moeda nacional	225	313	3.004	3.653
Disponibilidades em moeda estrangeira	1.216	16.061	1.216	16.061
Subtotal (caixa)	1.441	16.374	4.220	19.714
Aplicações interfinanceiras de liquidez (1)	1.229.999	-	1.229.999	-
Total	1.231.440	16.374	1.234.219	19.714

(1) Inclui as operações cujo vencimento na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo.

6) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

a) Composição e prazos:

Banco e Consolidado	Até 30 dias	31 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	31/12/2019	31/12/2018
Aplicações no Mercado Aberto:	1.229.999	-	-	-	1.229.999	-
Posição Bancada	1.229.999	-	-	-	1.229.999	-
Letras do Tesouro Nacional – LTN	594.904	-	-	-	594.904	-
Notas do Tesouro Nacional – NTN	635.095	-	-	-	635.095	-
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	-	-	12.795	-	12.795	3.897
Total em 31/12/2019	1.229.999	-	12.795	-	1.242.794	-
Total em 31/12/2018	-	-	-	3.897	-	3.897

b) Receitas de aplicações interfinanceiras de liquidez:

São classificadas na demonstração do resultado como resultado de operações com títulos e valores mobiliários:

Banco e Consolidado	31/12/2019	31/12/2018
Rendas de aplicações em operações compromissadas:	19.057	65.448
Posição bancada	18.979	58.357
Posição financiada	78	6.805
Posição vendida	-	286
Rendas de aplicações em depósitos interfinanceiros	253	888
Total (Nota 7.d)	19.310	66.336

**7) Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos****a) Composição da carteira:**

A carteira de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos, em 31/12/2019 e em 31/12/2018, por tipo de papel, possui a seguinte composição:

	Banco		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Títulos e valores mobiliários	1.843.230	1.700.784	2.087.652	1.934.506
Carteira própria:	727.913	1.213.212	972.231	1.444.548
Certificado de Depósito Bancário – CDB	-	-	-	428
Certificados de Recebíveis Imobiliários – CRI	-	-	244.318	230.908
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	177.520	621.156	177.520	621.156
Letras do Tesouro Nacional – LTN	-	200.450	-	200.450
Notas do Tesouro Nacional – NTN	550.051	391.264	550.051	391.264
Fundo de Desenvolvimento Social – FDS	342	342	342	342
Vinculados ao Banco Central:	529.436	-	529.436	-
Letras Financeiras do Tesouro – LFT (1)	529.436	-	529.436	-
Vinculados a compromisso de recompra:	297.944	269.177	297.944	269.177
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	107.126	112.407	107.126	112.407
Notas do Tesouro Nacional – NTN	190.818	156.770	190.818	156.770
Vinculados à prestação de garantias:	287.937	218.395	288.041	220.781
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	287.937	218.395	287.937	218.395
Certificado de Depósito Bancário – CDB	-	-	104	2.386
Instrumentos financeiros derivativos:	288.103	279.158	288.103	279.158
Diferenciais a receber de <i>swap</i>	288.103	275.298	288.103	275.298
Opções	-	3.860	-	3.860
Total	2.131.333	1.979.942	2.375.755	2.213.664

(1) Valor vinculado ao BACEN, decorrente do aumento de capital do Banco PAN aprovado pelo Conselho de Administração em 19/09/2019, que foi homologado pelo BACEN em 14/01/2020 (Nota 21.a).

**b) Composição por categorias e prazos:**

Banco	31/12/2019								31/12/2018	
	Sem vencimento	Até 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Valor contábil (1)(2)(3)	Valor de custo atualizado	Ajuste de marcação a mercado	Valor contábil (1)(2)(3)	Ajuste de marcação a mercado
Títulos para negociação	-	283	321.062	38.437	-	359.782	359.821	(39)	401.225	1.091
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	-	283	321.062	38.437	-	359.782	359.821	(39)	293.848	11
Letras do Tesouro Nacional – LTN	-	-	-	-	-	-	-	-	585	7
Notas do Tesouro Nacional – NTN	-	-	-	-	-	-	-	-	106.792	1.073
Títulos disponíveis para venda	-	417.898	299.157	25.182	-	742.237	742.234	3	658.114	93
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	-	417.898	299.157	25.182	-	742.237	742.234	3	658.110	93
Notas do Tesouro Nacional – NTN	-	-	-	-	-	-	-	-	4	-
Títulos mantidos até o vencimento	342	-	469.890	128.439	142.540	741.211	741.211	-	641.445	-
Letras do Tesouro Nacional – LTN	-	-	-	-	-	-	-	-	199.865	-
Notas do Tesouro Nacional – NTN	-	-	469.890	128.439	142.540	740.869	740.869	-	441.238	-
Fundos do Desenvolvimento Social – FDS	342	-	-	-	-	342	342	-	342	-
Total	342	418.181	1.090.109	192.058	142.540	1.843.230	1.843.266	(36)	1.700.784	1.184



Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

Consolidado	31/12/2019								31/12/2018	
	Sem vencimento	Até 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Valor contábil (1)(2)(3)	Valor de custo atualizado	Ajuste de marcação a mercado	Valor contábil (1)(2)(3)	Ajuste de marcação a mercado
Títulos para negociação:	-	283	321.062	38.437	-	359.782	359.821	(39)	401.225	1.091
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	-	283	321.062	38.437	-	359.782	359.821	(39)	293.848	11
Letras do Tesouro Nacional – LTN	-	-	-	-	-	-	-	-	585	7
Notas do Tesouro Nacional – NTN	-	-	-	-	-	-	-	-	106.792	1.073
Títulos disponíveis para venda:	-	440.986	520.491	25.182	-	986.659	1.008.413	(21.754)	891.836	(12.270)
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	-	417.898	299.157	25.182	-	742.237	742.234	3	658.110	93
Notas do Tesouro Nacional – NTN	-	-	-	-	-	-	-	-	4	-
Certificado de Depósito Bancário – CDB	-	104	-	-	-	104	104	-	2.814	-
Certificados de Recebíveis Imobiliários – CRI	-	22.984	221.334	-	-	244.318	266.075	(21.757)	230.908	(12.363)
Títulos mantidos até o vencimento:	342	-	469.890	128.439	142.540	741.211	741.211	-	641.445	-
Letras do Tesouro Nacional – LTN	-	-	-	-	-	-	-	-	199.865	-
Notas do Tesouro Nacional – NTN	-	-	469.890	128.439	142.540	740.869	740.869	-	441.238	-
Fundos do Desenvolvimento Social – FDS	342	-	-	-	-	342	342	-	342	-
Total	342	441.269	1.311.443	192.058	142.540	2.087.652	2.109.445	(21.793)	1.934.506	(11.179)

(1) Mercados Financeiros e de Capitais (“ANBIMA”) e Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (“B3 S.A.”). No caso dos certificados de recebíveis imobiliários, o valor de mercado é apurado por meio de modelos internos, com a utilização de dados baseados em parâmetros de mercado observáveis;

(2) A coluna reflete o valor contábil após a marcação a mercado, de acordo com o item (2), exceto para as aplicações classificadas em “Títulos mantidos até o vencimento”, cujo valor de mercado é superior ao valor de custo atualizado, no montante de R\$ 41.832 (31/12/2018 – superior em R\$ 8.502); e atendendo ao disposto no artigo 8º da Circular BACEN nº 3.068/01, o Banco PAN declara possuir capacidade financeira e intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria mantidos até o vencimento; e

(3) Na distribuição dos prazos, foram considerados os vencimentos dos papéis, independentemente de sua classificação contábil.

c) Instrumentos financeiros derivativos:

Os instrumentos financeiros derivativos são compostos pelas operações de contratos futuros, *swap* e termo. São classificados de acordo com a intenção da Administração, na data da contratação da operação, levando-se em conta se sua finalidade é para proteção contra risco (*hedge*) ou não. As valorizações ou desvalorizações são registradas em contas de receitas ou despesas dos respectivos instrumentos financeiros de acordo com a Circular BACEN nº 3.082/02 e a Carta-Circular BACEN nº 3.026/02. A política de gestão de riscos do Banco PAN define que a utilização de instrumentos derivativos tem como objetivo *hedgear* a exposição gerada pelas operações de crédito do Banco e exposição cambial de operações *offshore*.

Os instrumentos derivativos são utilizados em duas estratégias: carteira de negociação (*trading*) e carteira de não negociação (*banking*). São classificados na carteira de negociação os derivativos destinados a estratégias direcionais, à realização de arbitragens ou *hedge* de outros elementos da carteira de negociação. São classificados na carteira de não negociação os derivativos utilizados como *hedge* de instrumentos classificados na carteira *banking*, incluindo aqueles utilizados como *hedge accounting*. Os riscos destas carteiras são controlados em visões consolidadas por fator de risco.

As operações com instrumentos financeiros derivativos, assim como os títulos e valores mobiliários classificados como "negociação" ou "disponível para venda", são avaliadas a valor de mercado, contabilizando-se sua valorização ou desvalorização em contas de resultado. O valor de mercado dos instrumentos listados em bolsa corresponde à sua cotação no mercado ou à cotação de produtos semelhantes. Caso não haja cotação de mercado para determinado produto, seu valor de mercado será definido por fluxo de caixa descontado ou modelos de precificação. Para os instrumentos financeiros derivativos considerados como *hedge* de risco de mercado, também são registrados ganhos ou perdas no resultado, realizados ou não realizados, dos ativos e passivos financeiros objeto de *hedge*.

O valor de mercado dos instrumentos financeiros derivativos e dos respectivos objetos de *hedge* é apurado utilizando-se das informações de mercado disponíveis, principalmente os preços e as taxas divulgados pela B3 S.A. Quando aplicáveis, são utilizados modelos matemáticos de interpolação de taxas para os prazos intermediários e de extrapolação de taxas para os prazos superiores. Para a apuração do valor de mercado dos contratos de *swap*, foi utilizado o fluxo de caixa futuro, descontado a valor presente pelas curvas de juros futuros obtidas na B3 S.A. ajustado pelo risco de crédito de contraparte (CVA).

O processo de marcação a mercado para os contratos futuros, tais como os contratos de juros (DI 1 dia), câmbio (DOL) e cupom cambial (DDI) é definido pelo preço de mercado em formato de Preço Único (PU) que é divulgado diariamente pela B3 S.A. A partir deste preço, os valores dos ajustes diários são registrados e contabilizados no ativo ou no passivo, sendo apropriados diariamente ao resultado como receita ou despesa.

As operações com instrumentos financeiros derivativos (contratos futuros, termo de moeda e *swap*) são custodiadas na B3 S.A. (bolsa) ou no Balcão Organizado de Ativos e Derivativos (B3 S.A. - balcão). Os diferenciais a receber e a pagar, dos instrumentos financeiros derivativos, ativos e passivos, são registrados nas respectivas contas patrimoniais de "instrumentos financeiros derivativos" em contrapartida às respectivas contas de "resultado com instrumentos financeiros derivativos" e os valores nominais dessas operações são registrados em contas de compensação.



i) Composição dos instrumentos financeiros derivativos (ativos e passivos) demonstrados pelo seu valor de custo atualizado, marcação a mercado e saldo contábil aberto por prazos:

Banco e Consolidado	Custo atualizado	Marcação a mercado	Saldo contábil	Até 30 dias	De 31 a 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total em 31/12/2019	Total em 31/12/2018
Posição ativa:	281.679	6.424	288.103	-	-	288.103	-	-	288.103	279.158
Swap	281.679	6.424	288.103	-	-	288.103	-	-	288.103	275.298
Opções	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.860
Posição passiva:	(117.033)	(7.946)	(124.979)	(73.520)	-	(47.647)	(3.812)	-	(124.979)	(175.121)
Swap	(117.033)	(7.946)	(124.979)	(73.520)	-	(47.647)	(3.812)	-	(124.979)	(172.218)
Opções	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.903)
Subtotal	164.646	(1.522)	163.124	(73.520)	-	240.456	(3.812)	-	163.124	104.037
Contratos Futuros (a)	(5.538)	-	(5.538)	(5.538)	-	-	-	-	(5.538)	967
Posição ativa	3.066	-	3.066	3.066	-	-	-	-	1.764	2.474
Posição passiva	(8.604)	-	(8.604)	(8.604)	-	-	-	-	(7.302)	(1.507)
Total	159.108	(1.522)	157.586	(79.058)	-	240.456	(3.812)	-	157.586	105.004

(a) Contabilizado em contas de negociação e intermediação de valores no balanço patrimonial.



ii) Valor dos Instrumentos Financeiros Derivativos por Indexador:

Banco e Consolidado	31/12/2019				31/12/2018			
	Valor de Referência	Custo Atualizado	Marcação a Mercado	Saldo Contábil	Valor de Referência	Custo Atualizado	Marcação a Mercado	Saldo Contábil
Contratos de Swap								
Posição ativa:	470.910	281.679	6.424	288.103	1.153.093	279.128	(3.830)	275.298
Pré-fixado	-	-	-	-	24.431	317	24	341
Moeda Estrangeira	470.910	281.679	6.424	288.103	1.128.662	278.811	(3.854)	274.957
Posição passiva:	2.225.560	(117.033)	(7.946)	(124.979)	2.943.311	(124.963)	(47.255)	(172.218)
Mercado Interfinanceiro	678.355	(20.306)	(2.137)	(22.443)	-	-	-	-
Pré-fixado	1.547.205	(96.727)	(5.809)	(102.536)	2.942.174	(124.718)	(47.287)	(172.005)
Moeda Estrangeira	-	-	-	-	1.137	(245)	32	(213)
Contratos de Opções								
Compromissos de Compra:	-	-	-	-	1.919.163	2.021	1.839	3.860
Moeda Estrangeira	-	-	-	-	69.063	621	(225)	396
Outros	-	-	-	-	1.850.100	1.400	2.064	3.464
Compromissos de Venda:	-	-	-	-	1.916.550	(1.258)	(1.645)	(2.903)
Moeda Estrangeira	-	-	-	-	67.150	(257)	118	(139)
Outros	-	-	-	-	1.849.400	(1.001)	(1.763)	(2.764)
Contratos Futuros								
Compromissos de Compra:	1.397.077	-	-	-	2.880.972	-	-	-
Mercado Interfinanceiro	1.315.611	-	-	-	2.797.711	-	-	-
Moeda Estrangeira	-	-	-	-	4.844	-	-	-
Outros	81.466	-	-	-	78.417	-	-	-
Compromissos de Venda:	13.127.996	-	-	-	9.617.339	-	-	-
Mercado Interfinanceiro	13.042.503	-	-	-	9.493.677	-	-	-
Moeda Estrangeira	4.027	-	-	-	24.241	-	-	-
Outros	81.466	-	-	-	99.421	-	-	-
Total	17.221.543	164.646	(1.522)	163.124	20.430.428	154.928	(50.891)	104.037

**iii) Abertura por vencimento (valor de referência):**

Banco e Consolidado	Até 30 dias	De 31 a 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias	31/12/2019	31/12/2018
Swap	1.190.255	-	1.467.443	38.772	-	2.696.470	4.096.404
Dólar x CDI	-	-	1.149.265	-	-	1.149.265	1.128.662
CDI x Dólar	-	-	-	-	-	-	1.137
CDI x Pré	1.190.255	-	318.178	38.772	-	1.547.205	2.942.174
Pré x Dólar	-	-	-	-	-	-	24.431
Opções	-	-	-	-	-	-	3.835.713
Compras Opções	-	-	-	-	-	-	1.919.163
Vendas Opções	-	-	-	-	-	-	1.916.550
Contratos futuros	571.882	201.192	2.576.808	2.533.087	8.642.104	14.525.073	12.498.311
DDI	8.059	-	-	-	154.873	162.932	177.838
DI	561.808	199.180	2.576.808	2.533.087	8.487.231	14.358.114	12.291.388
Dólar	2.015	2.012	-	-	-	4.027	29.085
Total	1.762.137	201.192	4.044.251	2.571.859	8.642.104	17.221.543	20.430.428

iv) Local de negociação e contrapartes:

Banco e Consolidado	31/12/2019	31/12/2018
B3 S.A. (balcão)	2.696.470	4.096.404
B3 S.A. (bolsa)	14.525.073	16.334.024
Total	17.221.543	20.430.428

Contrapartes: Em 31/12/2019 estão assim distribuídas no Banco PAN e Consolidado: B3 S.A. 84,34% e Instituições Financeiras 15,66%.

**v) Tipos de margem oferecida em garantia para instrumentos financeiros derivativos:**

Títulos Públicos	Banco e Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018
Letras Financeiras do Tesouro (1)	205.344	98.875
Letras Financeiras do Tesouro (2)	524	-
Total	205.868	98.875

(1) Títulos dados em garantia da B3 S.A.; e

(2) Títulos dados em garantia de swaps.

vi) Hedge Contábil – Valor de Mercado:

Banco e Consolidado	31/12/2019	31/12/2018
Instrumentos Financeiros		
Posição Ativa	2.867.671	2.717.544
Swap - Dólar (1)	1.908.690	1.909.407
Futuros DI1 B3 S.A. - Taxa Pré - Reais (2)	958.981	808.137
Posição Passiva	(15.216.800)	(6.199.812)
Swap - Taxa Pré - Reais (3)	-	(399.926)
Futuros DI1 B3 S.A. - Taxa Pré - Reais (3)	(15.216.800)	(5.799.886)
Objeto de Hedge		
Posição Ativa	11.787.028	5.988.784
Operações de Crédito (3)	11.787.028	5.988.784
Posição Passiva	(2.796.880)	(2.588.584)
Dívidas Subordinadas no Exterior (1)	(1.876.865)	(1.790.563)
Certificados de depósitos a prazo (2)	(920.015)	(798.021)

(1) Utilizado como proteção da operação de captação no Exterior;

(2) Utilizado como proteção do risco pré-fixado de certificados de depósitos a prazo de longo prazo; e

(3) Neste objeto de hedge inclui os créditos de varejo: Consignado e Veículos.

vii) Resultado com instrumentos financeiros derivativos:

Banco e Consolidado	31/12/2019			31/12/2018		
	Receita	Despesa	Líquido	Receita	Despesa	Líquido
Swap	855.530	(783.165)	72.365	967.166	(816.935)	150.231
Opções	1.722	(1.297)	425	3.950	(4.152)	(202)
Futuro	1.221.305	(1.395.481)	(174.176)	1.930.289	(2.080.291)	(150.002)
Total	2.078.557	(2.179.943)	(101.386)	2.901.405	(2.901.378)	27

d) Resultado de operações com títulos e valores mobiliários:

	Banco		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Títulos de renda fixa	99.064	102.202	134.274	116.923
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 6.b)	19.310	66.336	19.310	66.336
Total	118.374	168.538	153.584	183.259

**8) Operações de Crédito****a) Composição da carteira por tipo de operação:**

	Banco				Consolidado			
	31/12/2019		31/12/2018		31/12/2019		31/12/2018	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Consignado (1)	9.468.073	40,34	8.276.322	40,81	9.468.073	40,34	8.276.322	40,81
Veículos (1)	8.853.900	37,72	6.979.927	34,42	8.853.900	37,72	6.979.927	34,42
Financiamento cartões de crédito (2)	2.045.591	8,72	1.702.804	8,40	2.045.591	8,72	1.702.804	8,40
Conta garantida	1.058.643	4,51	747.020	3,68	1.058.643	4,51	747.020	3,68
Empréstimos com garantia imobiliária	300.444	1,28	429.784	2,12	300.444	1,28	429.784	2,12
Capital de giro	143.760	0,61	320.166	1,58	143.760	0,61	320.166	1,58
Créditos vinculados à cessão (3)	157.729	0,67	305.115	1,50	157.729	0,67	305.115	1,50
Financiamentos habitacionais	136.993	0,58	269.740	1,33	136.993	0,58	269.740	1,33
Financiamentos à exportação	46.402	0,20	156.619	0,77	46.402	0,20	156.619	0,77
Renegociações	110.403	0,47	96.722	0,48	110.403	0,47	96.722	0,48
Empreendimentos imobiliários	7.303	0,03	45.643	0,23	7.303	0,03	45.643	0,23
Outros	26	-	68	-	26	-	97	-
Total das operações de crédito	22.329.267	95,13	19.329.930	95,32	22.329.267	95,13	19.329.959	95,32
Outros créditos (4)	1.141.980	4,87	913.705	4,51	1.142.697	4,87	914.688	4,51
ACC e rendas a receber (5)	-	-	33.966	0,17	-	-	33.966	0,17
Subtotal	23.471.247	100,00	20.277.601	100,00	23.471.964	100,00	20.278.613	100,00
(+/-) Ajuste ao valor de mercado (1)	156.128	-	129.203	-	156.128	-	129.203	-
Total	23.627.375	-	20.406.804	-	23.628.092	-	20.407.816	-

(1) Contemplam contratos que são objeto de *hedge* contábil (Nota 7.c);

(2) Refere-se ao financiamento a titulares de cartões de crédito de bandeiras Visa e Mastercard;

(3) Operações de créditos consignados cedidos com retenção substancial de risco e benefícios (Nota 8.III);

(4) Refere-se a recebíveis de cartões de crédito e títulos de créditos a receber com características de concessão de crédito; e

(5) Os adiantamentos sobre contratos de câmbio estão classificados como redutor da rubrica "Outras Obrigações" (Nota 9).

b) Faixas de vencimentos e níveis de risco:

Banco	Níveis de risco										
	Operações em curso anormal										
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Total em 31/12/2019	Total em 31/12/2018
Parcelas Vincendas	-	1.227.553	479.253	441.651	208.100	132.982	95.418	74.117	656.246	3.315.320	2.752.974
01 a 30	-	50.390	22.774	21.234	10.158	6.612	4.639	3.640	22.970	142.417	127.800
31 a 60	-	49.054	22.246	21.108	10.070	6.535	4.585	3.605	21.452	138.655	121.440
61 a 90	-	47.742	21.315	19.502	9.367	6.114	4.280	3.353	25.272	136.945	112.182
91 a 180	-	129.716	59.964	55.074	26.199	16.795	11.984	9.461	71.416	380.609	316.735
181 a 365	-	231.555	103.682	95.684	45.406	28.924	20.559	16.273	104.049	646.132	539.025
Acima de 365	-	719.096	249.272	229.049	106.900	68.002	49.371	37.785	411.087	1.870.562	1.535.792
Parcelas Vencidas	-	82.919	140.754	82.469	63.905	59.009	55.013	50.353	599.043	1.133.465	1.245.872
01 a 14	-	71.714	3.011	10.485	5.164	3.007	2.084	1.563	10.774	107.802	94.452
15 a 30	-	11.205	131.575	10.882	5.197	3.608	2.513	2.074	13.328	180.382	142.267
31 a 60	-	-	6.168	54.282	10.639	6.972	4.713	3.741	22.658	109.173	171.481
61 a 90	-	-	-	4.883	36.574	7.086	4.784	3.771	23.018	80.116	134.710
91 a 180	-	-	-	1.937	6.331	35.989	38.093	35.753	92.828	210.931	173.881
181 a 365	-	-	-	-	-	2.347	2.826	3.451	216.007	224.631	307.489
Acima de 365	-	-	-	-	-	-	-	-	220.430	220.430	221.592
Subtotal	-	1.310.472	620.007	524.120	272.005	191.991	150.431	124.470	1.255.289	4.448.785	3.998.846
Provisão Requerida	-	6.552	6.200	15.724	27.200	57.597	75.216	87.129	1.255.289	1.530.907	1.153.353



Banco	Níveis de risco										Total em 31/12/2019	Total em 31/12/2018
	Operações em curso normal											
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H			
Parcelas Vincendas	-	18.743.687	31.838	23.785	10.575	7.806	6.283	6.505	191.983	19.022.462	16.278.755	
01 a 30	-	2.497.758	7.320	4.720	957	552	449	474	8.878	2.521.108	2.107.232	
31 a 60	-	659.605	1.856	1.463	786	516	388	365	5.018	669.997	599.696	
61 a 90	-	613.527	1.989	1.476	713	470	361	336	6.883	625.755	538.319	
91 a 180	-	1.615.764	4.485	3.477	1.655	1.116	865	812	39.627	1.667.801	1.442.319	
181 a 365	-	2.676.794	5.811	4.513	2.043	1.495	1.252	1.251	22.842	2.716.001	2.384.107	
Acima de 365	-	10.680.239	10.377	8.136	4.421	3.657	2.968	3.267	108.735	10.821.800	9.207.082	
Subtotal	-	18.743.687	31.838	23.785	10.575	7.806	6.283	6.505	191.983	19.022.462	16.278.755	
Provisão Requerida	-	93.719	318	713	1.058	2.342	3.141	4.554	191.983	297.827	178.271	
Total (1)	-	20.054.159	651.845	547.905	282.580	199.797	156.714	130.975	1.447.272	23.471.247	20.277.601	
Total Provisão	-	100.271	6.518	16.437	28.258	59.939	78.357	91.683	1.447.272	1.828.735	1.331.624	

Consolidado	Níveis de risco										Total em 31/12/2019	Total em 31/12/2018
	Operações em curso anormal											
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H			
Parcelas Vincendas	-	1.227.553	479.253	441.651	208.100	132.982	95.418	74.117	656.246	3.315.320	2.752.974	
01 a 30	-	50.390	22.774	21.234	10.158	6.612	4.639	3.640	22.970	142.417	127.800	
31 a 60	-	49.054	22.246	21.108	10.070	6.535	4.585	3.605	21.452	138.655	121.440	
61 a 90	-	47.742	21.315	19.502	9.367	6.114	4.280	3.353	25.272	136.945	112.182	
91 a 180	-	129.716	59.964	55.074	26.199	16.795	11.984	9.461	71.416	380.609	316.735	
181 a 365	-	231.555	103.682	95.684	45.406	28.924	20.559	16.273	104.049	646.132	539.025	
Acima de 365	-	719.096	249.272	229.049	106.900	68.002	49.371	37.785	411.087	1.870.562	1.535.792	
Parcelas Vencidas	-	82.919	140.754	82.469	63.905	59.009	55.013	50.353	599.043	1.133.465	1.245.901	
01 a 14	-	71.714	3.011	10.485	5.164	3.007	2.084	1.563	10.774	107.802	94.461	
15 a 30	-	11.205	131.575	10.882	5.197	3.608	2.513	2.074	13.328	180.382	142.267	
31 a 60	-	-	6.168	54.282	10.639	6.972	4.713	3.741	22.658	109.173	171.486	
61 a 90	-	-	-	4.883	36.574	7.086	4.784	3.771	23.018	80.116	134.715	
91 a 180	-	-	-	1.937	6.331	35.989	38.093	35.753	92.828	210.931	173.891	
181 a 365	-	-	-	-	-	2.347	2.826	3.451	216.007	224.631	307.489	
Acima 365	-	-	-	-	-	-	-	-	220.430	220.430	221.592	
Subtotal	-	1.310.472	620.007	524.120	272.005	191.991	150.431	124.470	1.255.289	4.448.785	3.998.875	
Provisão Requerida	-	6.552	6.200	15.724	27.200	57.597	75.216	87.129	1.255.290	1.530.907	1.153.382	

Consolidado	Níveis de risco										Total em 31/12/2019	Total em 31/12/2018
	Operações em curso normal											
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H			
Parcelas Vincendas	717	18.743.687	31.838	23.785	10.575	7.806	6.283	6.505	191.983	19.023.179	16.279.738	
01 a 30	717	2.497.758	7.320	4.720	957	552	449	474	8.878	2.521.825	2.108.215	
31 a 60	-	659.605	1.856	1.463	786	516	388	365	5.018	669.997	599.696	
61 a 90	-	613.527	1.989	1.476	713	470	361	336	6.883	625.755	538.319	
91 a 180	-	1.615.764	4.485	3.477	1.655	1.116	865	812	39.627	1.667.801	1.442.319	
181 a 365	-	2.676.794	5.811	4.513	2.043	1.495	1.252	1.251	22.842	2.716.001	2.384.107	
Acima de 365	-	10.680.239	10.377	8.136	4.421	3.657	2.968	3.267	108.735	10.821.800	9.207.082	
Subtotal	717	18.743.687	31.838	23.785	10.575	7.806	6.283	6.505	191.983	19.023.179	16.279.738	
Provisão Requerida	-	93.719	318	713	1.058	2.342	3.141	4.554	191.983	297.828	178.271	
Total (1)	717	20.054.159	651.845	547.905	282.580	199.797	156.714	130.975	1.447.272	23.471.964	20.278.613	
Total Provisão	-	100.271	6.518	16.437	28.258	59.939	78.357	91.683	1.447.272	1.828.735	1.331.653	

(1) Não inclui ajuste ao valor de mercado (Nota 8.a).

c) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa (1):

	Banco		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Saldo do início do exercício	1.432.555	1.266.038	1.432.584	1.266.084
Constituição/reversão de provisão (2)	1.562.526	1.140.370	1.562.498	1.140.405
Baixas contra a provisão	(1.098.362)	(973.853)	(1.098.363)	(973.905)
Saldo do fim do exercício	1.896.719	1.432.555	1.896.719	1.432.584

	233.061	236.286	240.368	245.602
Créditos recuperados (3)				
Efeito no resultado (4)	(1.329.465)	(904.084)	(1.322.130)	(894.802)

(1) Inclui: (i) outros créditos com características de operações de crédito; (ii) operações de câmbio; (iii) outros créditos sem características de crédito (Nota 11);

(2) Em 31/12/2019, o PAN decorrente do reposicionamento estratégico realizado nos últimos anos, constituiu adicionalmente a aplicação da Resolução 2.682 um incremento de R\$ 338.324, para as carteiras em *run-off* (Imobiliário Pessoa Física e Empresas);

(3) No exercício findo em 31/12/2019, foram recuperados créditos anteriormente baixados contra a provisão para créditos de liquidação duvidosa no montante de R\$ 240.368 (sendo R\$ 233.061 de recuperação de crédito do Banco PAN, R\$ 868 de recuperação de operação de arrendamento mercantil, R\$ 6.439 de recuperação de crédito na Brazilian Finance & Real State); e

(4) Despesa de provisão constituída, deduzido a receita de créditos recuperados.

d) Classificação por setor de atividade:

	Banco				Consolidado			
	31/12/2019		31/12/2018		31/12/2019		31/12/2018	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Pessoa Física	21.827.226	93,00	18.558.064	91,52	21.827.226	92,99	18.558.064	91,52
Serviços	1.204.531	5,13	1.264.689	6,24	1.205.248	5,13	1.265.701	6,24
Construção e Incorporação	266.214	1,14	536.051	2,65	266.931	1,14	537.034	2,65
Outros Serviços	586.761	2,50	434.776	2,14	586.761	2,50	434.805	2,14
Financeiros	246.302	1,05	195.852	0,97	246.302	1,05	195.852	0,97
Transporte e Logística	35.974	0,15	46.537	0,23	35.974	0,15	46.537	0,23
Utilitários	61.443	0,26	44.225	0,22	61.443	0,26	44.225	0,22
Mídia, TI e Telecom	6.690	0,03	4.777	0,02	6.690	0,03	4.777	0,02
Locação de Veículos	1.047	-	2.323	0,01	1.047	-	2.323	0,01
Saúde, Segurança e Educação	100	-	148	-	100	-	148	-
Comércio	321.226	1,37	289.530	1,42	321.226	1,37	289.530	1,42
Atacado e Varejo	321.226	1,37	289.530	1,42	321.226	1,37	289.530	1,42
Indústrias de Base	70.964	0,30	90.873	0,45	70.964	0,30	90.873	0,45
Papel e Celulose	42.999	0,18	32.384	0,16	42.999	0,18	32.384	0,16
Outras Indústrias	6.038	0,03	23.798	0,12	6.038	0,03	23.798	0,12
Têxtil	15.258	0,07	15.366	0,08	15.258	0,07	15.366	0,08
Autopeças	-	-	12.072	0,05	-	-	12.072	0,05
Indústria Química	6.669	0,03	7.253	0,04	6.669	0,03	7.253	0,04
Agroindústria	47.300	0,20	74.445	0,37	47.300	0,20	74.445	0,37
Açúcar e Etanol	25.513	0,11	42.846	0,21	25.513	0,11	42.846	0,21
Agronegócio e Proteína Animal	21.787	0,09	31.599	0,16	21.787	0,09	31.599	0,16
Total (1)	23.471.247	100,00	20.277.601	100,00	23.471.964	100,00	20.278.613	100,00

(1) Não inclui ajuste ao valor de mercado (Nota 8.a).

e) Concentração das operações de crédito:

Majores Devedores	Banco				Consolidado			
	31/12/2019		31/12/2018		31/12/2019		31/12/2018	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
10 maiores devedores	513.400	2,19	431.785	2,13	513.400	2,19	431.785	2,13
50 seguintes maiores devedores	618.843	2,64	723.978	3,57	618.843	2,64	723.978	3,57
100 seguintes maiores devedores	285.450	1,22	389.057	1,92	285.450	1,22	389.057	1,92
Demais devedores	22.053.554	93,96	18.732.781	92,38	22.054.271	93,96	18.733.793	92,38
Total	23.471.247	100,00	20.277.601	100,00	23.471.964	100,00	20.278.613	100,00

f) Operações de venda ou transferência de ativos financeiros:
I. Operações com transferência substancial dos riscos e benefícios:

Nos exercícios findos em 31/12/2019 e 31/12/2018, foram realizadas cessões de créditos com instituições financeiras, conforme demonstrado a seguir:

Banco e Consolidado	31/12/2019			31/12/2018		
	Valor da cessão	Valor presente	Resultado (1)	Valor da cessão	Valor presente	Resultado (1)
Consignado	6.495.901	4.723.283	1.772.618	6.278.175	4.831.377	1.446.798
Total (Nota 8.g)	6.495.901	4.723.283	1.772.618	6.278.175	4.831.377	1.446.798

(1) Contabilizado em "Rendas de operações de crédito" (Nota 8.g).

II. Operações com retenção substancial dos riscos e benefícios:
Cessão após a Resolução CMN nº 3.533/08

As responsabilidades por créditos cedidos com retenção substancial dos riscos e benefícios montam R\$ 157.729, no Banco PAN e Consolidado (R\$ 305.115 em 31/12/2018), apurado pelo valor presente por meio das taxas dos contratos. Para tais créditos foram assumidas obrigações no montante de R\$ 201.523 (R\$ 416.401 em 31/12/2018) (Nota 20.b).

g) Rendas de operações de crédito e arrendamento mercantil:

	Banco		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Lucro nas cessões de crédito (Nota 8.f)	1.772.618	1.446.798	1.772.618	1.446.798
Prêmio de performance das cessões (1)	965.154	736.266	965.154	736.266
Consignado	2.202.061	1.812.209	2.202.061	1.812.209
Veículos	1.877.229	1.607.280	1.877.230	1.607.280
Cartão de crédito	801.019	720.069	801.019	720.069
Recuperação de créditos baixados como prejuízos	233.061	236.286	240.368	245.602
Capital de giro/Conta Garantida	144.758	151.478	144.758	151.478
Rendas de empréstimos com garantia imobiliária	55.450	86.869	55.450	86.869
Financiamento à exportação	11.700	64.762	11.700	64.762
Renegociações	19.598	21.292	19.598	21.292
Habitacionais	7.166	15.221	7.166	15.221
Rendas de empreendimentos imobiliários	947	3.238	947	3.238
Outras	52	520	26	521
Ajuste a valor de mercado – Carteira Varejo (2)	26.925	(9.568)	26.925	(9.568)
Total	8.117.738	6.892.720	8.125.020	6.902.037

(1) Reclassificamos de "Lucro nas cessões de crédito" para "prêmio de performance das cessões"; e
 (2) Marcação a mercado de *hedge* contábil sobre os créditos de varejo: consignado e veículos.



9) Carteira de Câmbio

a) Saldos patrimoniais:

Banco e Consolidado	31/12/2019	31/12/2018
Ativo – Outros Créditos		
Câmbio comprado a liquidar	-	27.802
Rendas a receber	-	11.056
Total do Ativo	-	38.858
Passivo - Outras Obrigações		
Obrigações por compra de câmbio	-	22.910
Adiantamento sobre contratos de câmbio	-	(22.910)
Total do Passivo	-	-

b) Resultado de operação de câmbio:

Banco e Consolidado	31/12/2019	31/12/2018
Rendas de financiamento à exportação	17.358	49.721
Variação cambial	(12.400)	(37.335)
Total	4.958	12.386

10) Recebíveis Imobiliários

Consolidado	Vencimento final	Indexador	Juros % ao ano	31/12/2019	31/12/2018
Cédula de Crédito Imobiliário	15/11/2034	INCC/IGPM /POUPANÇA/CDI e sem correção monetária	0 até 20,05	4.588	6.967
Total				4.588	6.967

11) Outros Créditos – Diversos

	Banco		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Créditos tributários (Nota 31.b)	3.297.587	2.690.503	3.401.968	2.933.004
Valores a receber por cessão de créditos	2.451.147	1.652.816	2.451.147	1.652.816
Títulos e créditos a receber (1)	1.141.980	913.705	1.142.697	914.688
Impostos e contribuições a compensar	369.884	222.792	437.727	285.564
Depósitos judiciais e fiscais	197.786	204.335	219.413	228.062
Valores a receber de empréstimos consignados (2)	29.351	43.125	29.351	43.125
Valores a receber de sociedades ligadas	15.918	12.527	13.227	10.352
Outros (3)	92.228	83.094	99.070	89.829
Total	7.595.881	5.822.897	7.794.600	6.157.440

(1) Inclui: (i) valores a receber relativos a transações de pagamento com cartão de crédito no montante de R\$ 862.959 (R\$ 669.608 em 31/12/2018); e (ii) títulos de créditos a receber com característica de concessão de crédito no montante de R\$ 279.021 no Banco e R\$ 279.738 no Consolidado (R\$ 244.097 no Banco e R\$ 245.080 no Consolidado em 31/12/2018);

(2) Refere-se basicamente a: (i) valores recebidos e ainda não repassados ao Banco por Governos Estaduais e Prefeituras, cujos repasses vêm sendo negociados pelo Banco PAN, que constitui provisão integral para perdas e para os repasses em atraso há mais de 180 dias, cujo saldo em 31/12/2019 é de R\$ 60.806 (R\$ 89.756 em 31/12/2018) (Nota 8.c); e

(3) Inclui provisão sobre outros créditos sem características de crédito, no montante de R\$ 7.178 (R\$ 11.175 em 31/12/2018) (Nota 8.c).

**12) Outros Valores e Bens****a) Bens não de uso próprio e outros:**

Valor Residual	Banco				Consolidado			
	Custo	Provisão para perdas	31/12/2019	31/12/2018	Custo	Provisão para perdas	31/12/2019	31/12/2018
Bens não de uso próprio	364.214	(84.916)	279.298	338.619	373.231	(86.219)	287.012	348.627
Imóveis	335.137	(76.311)	258.826	311.343	343.514	(77.020)	266.494	321.287
Veículos	29.077	(8.605)	20.472	27.276	29.717	(9.199)	20.518	27.340
Outros	445	-	445	282	445	-	445	282
Total	364.659	(84.916)	279.743	338.901	373.676	(86.219)	287.457	348.909

b) Despesas Antecipadas:

	Banco		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Comissões pagas a correspondentes bancários (1)	-	36.572	-	36.572
Serviços do sistema financeiro	60.783	51.139	63.021	51.574
Manutenção de <i>softwares</i>	5.564	4.006	5.564	4.006
Processamento de dados	4.211	6.247	4.211	6.247
Gastos na emissão de títulos no Exterior	379	1.897	379	1.897
Outras	11.403	3.921	11.406	3.925
Total	82.340	103.782	84.581	104.221

(1) Em junho de 2019 o PAN antecipou despesas relativas ao estoque de comissões sobre operações originadas que estavam sendo diferidas amparadas pela Circular do BACEN nº 3.738/14.



13) Investimentos

a) Participações em controladas:

Empresas	Capital Social	Patrimônio Líquido Ajustado	Quantidade de ações/ cotas possuídas (em milhares)			Participação no capital social	Resultado Ajustado	Saldo dos Investimentos			Ajuste decorrente de avaliação (1)		
			ON	PN	Cotas			%	31/12/2019	31/12/2019	31/12/2018	Exercício findo em	
												31/12/2019	31/12/2018
Pan Arrendamento Mercantil S.A. (2)	356.735	205.532	11	-	-	100,00	(149.248)	205.532	354.781	(149.248)	3.873		
Pan Administradora de Consórcio Ltda. (2)	42.388	55.924	-	-	48.168	100,00	6.269	55.924	49.952	6.269	5.129		
Brazilian Securities Companhia de Securitização (2)(3)(4)	174.201	213.677	77.865	-	-	100,00	4.251	214.580	213.968	4.251	830		
Brazilian Finance & Real Estate S.A. (2)	107.662	177.894	0,2	0,5	-	100,00	13.208	177.894	170.993	13.208	12.544		
BM Sua Casa Promotora de Vendas Ltda. (2)(3)	179.864	228.419	-	-	179.864	100,00	15.295	230.043	215.578	15.295	3.448		
								883.973	1.005.272	(110.225)	25.824		

(1) Considera os resultados apurados pelas sociedades, a partir de aquisição e inclui variações patrimoniais das investidas não decorrentes de resultado, bem como os ajustes por equalização de práticas contábeis, quando aplicáveis;

(2) Empresa que tiveram suas demonstrações contábeis do exercício findo em 31/12/2019 revisadas pelos mesmos auditores independentes do Banco PAN;

(3) O valor contábil dos respectivos investimentos contém o ágio na aquisição já líquido de amortização que formam o montante de R\$ 2.527, sendo R\$ 1.624 da BM Sua Casa Promotora de Vendas Ltda. e R\$ 903 da Brazilian Securities Companhia de Securitização; e

(4) Empresa auditada pela BDO RCS Auditores Independentes em 31/12/2018.

**b) Outros Investimentos:**

Banco e Consolidado	31/12/2019	31/12/2018
Central de Registros de Títulos e Ativos (Certa)	765	765
Câmara Interbancária de Pagamentos (CIP)	379	379
Total	1.144	1.144

14) Imobilizado**a) Os ativos imobilizados são compostos por:**

Banco e Consolidado	Taxa anual	Custo	Depreciação	Valor residual	
				31/12/2019	31/12/2018
Instalações, móveis e equipamentos de uso	10%	46.694	(29.656)	17.038	14.405
Sistemas de segurança e comunicações	10%	1.792	(1.159)	633	891
Sistemas de processamento de dados	20%	31.970	(21.013)	10.957	8.797
Total em 31/12/2019		80.456	(51.828)	28.628	-
Total em 31/12/2018		70.991	(46.898)	-	24.093

b) Movimentação dos ativos imobilizados por classe:

Banco e Consolidado	Instalações, móveis e equipamentos de uso	Sistemas de segurança e comunicações	Sistemas de processamento de dados	Total
Saldo em 31/12/2018	14.405	891	8.797	24.093
Aquisições	9.584	10	6.114	15.708
Baixas	(885)	-	(113)	(998)
Depreciação	(6.066)	(268)	(3.841)	(10.175)
Saldo em 31/12/2019	17.038	633	10.957	28.628

15) Intangível**a) Os ativos intangíveis adquiridos são compostos por:**

Banco	Taxa Amortização	Custo	Amortização	Valor residual	
				31/12/2019	31/12/2018
Gastos com desenvolvimento e logiciais	20% a 50%	239.521	(119.232)	120.289	85.257
Ágio	10%	229.514	(170.223)	59.291	82.242
Total em 31/12/2019		469.035	(289.455)	179.580	-
Total em 31/12/2018		420.884	(253.385)	-	167.499

Consolidado	Taxa Amortização	Custo	Amortização	Valor residual	
				31/12/2019	31/12/2018
Gastos com desenvolvimento e logiciais	20% a 50%	240.423	(119.920)	120.503	85.514
Ágio	10%	250.532	(185.811)	64.721	89.774
Total em 31/12/2019		490.955	(305.731)	185.224	-
Total em 31/12/2018		442.804	(267.516)	-	175.288

**b) Movimentação dos ativos intangíveis por classe:**

Banco	Gastos com desenvolvimento e logiciais	Ágio	Total
Saldo em 31/12/2018	85.257	82.242	167.499
Adições	67.407	-	67.407
Baixas	(572)	-	(572)
Amortização	(31.803)	(22.951)	(54.754)
Saldo em 31/12/2019	120.289	59.291	179.580

Consolidado	Gastos com desenvolvimento e logiciais	Ágio	Total
Saldo em 31/12/2018	85.514	89.774	175.288
Adições	67.407	-	67.407
Baixas	(572)	-	(572)
Amortização	(31.846)	(25.053)	(56.899)
Saldo em 31/12/2019	120.503	64.721	185.224

16) Depósitos, Captações no Mercado Aberto e Recursos de Aceites e Emissão de Títulos**a) Depósitos:**

Banco	Até 30 dias	31 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	31/12/2019	31/12/2018
Depósitos à vista (1)	26.614	-	-	-	-	26.614	17.369
Depósitos interfinanceiros	8.205.284	184.266	2.927	236.105	521	8.629.103	7.719.458
Depósitos a prazo (2)	435.900	517.685	821.189	2.582.716	7.343.657	11.701.147	9.435.026
Total em 31/12/2019	8.667.798	701.951	824.116	2.818.821	7.344.178	20.356.864	-
Total em 31/12/2018	7.378.922	733.004	683.649	1.997.668	6.378.610	-	17.171.853

Consolidado	Até 30 dias	31 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	31/12/2019	31/12/2018
Depósitos à vista (1)	26.574	-	-	-	-	26.574	17.319
Depósitos interfinanceiros	8.180.370	184.266	1.292	-	-	8.365.928	7.463.438
Depósitos a prazo (2)	432.278	511.167	812.520	2.464.562	7.146.950	11.367.477	9.130.487
Total em 31/12/2019	8.639.222	695.433	813.812	2.464.562	7.146.950	19.759.979	-
Total em 31/12/2018	7.378.872	709.460	675.909	1.730.100	6.116.903	-	16.611.244

(1) Classificados no prazo de 1 a 30 dias. Não considera a média histórica do giro; e

(2) Objeto de *hedge* contábil (Nota 7.c).**b) Captações no mercado aberto:**

Banco	Até 30 dias	31 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	31/12/2019	31/12/2018
Carteira Própria							
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	-	2.157	-	1.497	103.486	107.140	112.426
Notas do Tesouro Nacional – NTN	196.716	-	-	-	-	196.716	157.098
Total em 31/12/2019	196.716	2.157	-	1.497	103.486	303.856	-
Total em 31/12/2018	162.094	-	-	-	107.430	-	269.524



Consolidado	Até 30 dias	31 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	31/12/2019	31/12/2018
Carteira Própria							
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	-	2.157	-	1.120	95.812	99.089	103.089
Notas do Tesouro Nacional – NTN	196.716	-	-	-	-	196.716	157.098
Total em 31/12/2019	196.716	2.157	-	1.120	95.812	295.805	-
Total em 31/12/2018	162.094	-	-	-	98.093	-	260.187

c) Recursos de aceites e emissão de títulos:

Banco e Consolidado	Até 30 dias	31 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	31/12/2019	31/12/2018
Letras Financeiras – LF	-	856	33.347	318.776	1.179.134	1.532.113	727.806
Letras de Crédito Imobiliário – LCI	41.131	93.704	85.219	77.892	38.265	336.211	515.832
Letras de Crédito do Agronegócio – LCA	-	-	-	-	-	-	6.323
Total em 31/12/2019	41.131	94.560	118.566	396.668	1.217.399	1.868.324	-
Total em 31/12/2018	177.065	51.131	50.953	342.358	628.454	-	1.249.961

d) Despesas de depósitos, captações no mercado aberto, recursos de emissão de títulos e dívidas subordinadas:

	Banco		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Depósitos a prazo	1.358.655	921.248	1.339.851	903.518
Depósitos interfinanceiros	468.225	559.774	453.160	544.435
Títulos e valores mobiliários no Exterior e dívidas subordinadas	180.344	162.342	180.344	162.342
Captações no Exterior – Dívida subordinada (Nota 18)	13.962	(57.634)	13.962	(57.634)
Letras financeiras	82.252	60.800	82.252	60.800
Variação cambial	71.214	258.910	71.214	258.910
Créditos cedidos com retenção de risco	27.635	39.791	27.635	39.791
Letras de crédito imobiliário	26.629	55.076	26.629	55.076
Operações compromissadas	16.103	38.455	15.612	37.923
Contribuições ao fundo garantidor de créditos	14.252	10.597	14.252	10.597
Letras de crédito do agronegócio	205	3.552	205	3.552
Total	2.259.476	2.052.911	2.225.116	2.019.310

17) Relações Interfinanceiras

Banco e Consolidado	31/12/2019	31/12/2018
Recebimentos e pagamentos a liquidar	796.912	615.912
Correspondentes no País (1)	136.819	112.716
Total	933.731	728.628

(1) Referem-se a recebimentos de parcelas relativos a contratos cedidos a serem repassados aos cessionários, atualizados pelas taxas pactuadas nos contratos de cessão de crédito. São representados por: financiamento de veículos, crédito consignado e crédito imobiliário.



18) Dívidas Subordinadas

Demonstra-se a seguir a composição das tranches e saldos atualizados nas datas dos balanços:

Banco e Consolidado		
Valor da Operação	31/12/2019	31/12/2018
No Exterior:		
(1) US\$ 456.792	1.876.865	1.790.563
No País:		
(2) R\$ 100.000	-	186.757
(3) R\$ 500	-	812
(4) R\$ 8.000	8.455	-
Total	1.885.320	1.978.132

(1) O ajuste de marcação a mercado das dívidas subordinadas foi contabilizado em contas de resultado de operações de captação no mercado, cujo montante foi uma despesa de R\$ 13.962 no exercício findo em 31/12/2019 (receita de R\$ 57.634 no exercício findo em 31/12/2018), as mesmas foram emitidas em 23/04/2010 com vencimento em 23/04/2020. Essa operação possui *hedge* de risco de mercado (Nota 7.c);

(2) Letras Financeiras Subordinadas, emitidas em 05/06/2013 e liquidadas em 05/04/2019;

(3) Letras Financeiras Subordinadas, emitidas em 13/10/2014 e liquidadas em 14/10/2019; e

(4) Letras Financeiras Subordinadas, emitidas em 18/04/2019 com vencimento em 16/04/2027.

19) Provisões, Passivos Contingentes e Obrigações Legais (Fiscais e Previdenciárias)

Provisões:

O Banco PAN é parte em processos judiciais de natureza trabalhista, cível e fiscal decorrentes do exercício de suas atividades. São constituídas provisões para todos os processos cíveis e trabalhistas e para os processos de natureza fiscal classificados como perda provável com base no histórico de perdas, na opinião de assessores jurídicos, na natureza e complexidade das ações e no posicionamento dos tribunais. A provisão constituída é suficiente para atender ao risco de perda decorrente desses processos.

Processos trabalhistas

São ações ajuizadas por ex-empregados e prestadores de serviço, visando obter o pagamento de verbas trabalhistas, as quais decorrem, em geral, de pretensão enquadramento na categoria dos bancários, especialmente horas extras em razão do artigo nº 224 da CLT ou responsabilização subsidiária nas ações que envolvem os prestadores de serviço.

Todos os processos trabalhistas são conduzidos por advogados externos especializados e geridos individualmente por meio de sistema informatizado.

As ações trabalhistas, embora contem com a condução e avaliação de advogados externos especializados, são provisionadas de acordo com o histórico de perdas de processos semelhantes que foram encerrados nos últimos 12 ou 24 meses dependendo do tipo de autor.

Processos cíveis

São processos de natureza condenatória de obrigação de pagar e ou de fazer, referente às ações indenizatórias, revisionais e tarifas.

As ações cíveis, geridas por meio de sistema informatizado, são divididas em dois grupos:

1) ações massificadas

Na metodologia utilizada para o cálculo da provisão cível nas ações massificadas, antes das decisões, é aplicado um modelo estatístico que calcula o *ticket* médio de perda de todas as ações encerradas nos últimos 12 meses por *cluster*, cujo acompanhamento periódico demonstra a adequação do montante de provisões.

2) ações cíveis estratégicas

A provisão é constituída individualmente quando a probabilidade de perda for avaliada como provável, considerando a opinião dos especialistas jurídicos internos, escritórios jurídicos, a natureza e complexidade das ações e o posicionamento dos tribunais.

Não existem em curso processos administrativos significativos por descumprimento das normas do Sistema Financeiro Nacional que possam gerar o pagamento de multas ou causar impactos representativos no resultado do Banco PAN ou das empresas controladas.

I. Provisões segregadas por natureza:

	Banco		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Processos cíveis	307.231	276.363	318.882	290.599
Processos trabalhistas	211.859	279.008	221.694	290.927
Processos tributários	2.467	1.002	50.549	27.341
Total (Nota 20.b)	521.557	556.373	591.125	608.867

II. Movimentação das provisões:

Banco	Cíveis	Trabalhistas	Tributárias	Total
Saldo em 31/12/2018	276.363	279.008	1.002	556.373
Constituição líquida de reversão	158.411	15.532	1.589	175.532
Atualização monetária	3.694	118	43	3.855
Baixas por pagamento	(131.237)	(82.799)	(167)	(214.203)
Saldo em 31/12/2019	307.231	211.859	2.467	521.557

Consolidado	Cíveis	Trabalhistas	Tributárias	Total
Saldo em 31/12/2018	290.599	290.927	27.341	608.867
Constituição líquida de reversão	161.809	14.143	24.258	200.210
Atualização monetária	3.917	132	193	4.242
Baixas por pagamento	(137.443)	(83.508)	(1.243)	(222.194)
Saldo em 31/12/2019	318.882	221.694	50.549	591.125

I. Passivos contingentes classificados como perda possível:

As principais discussões relativas a Ações Fiscais e tributárias cuja probabilidade de perda está classificada como possível estão descritas a seguir.

No 3º trimestre de 2012, a Pan Arrendamento Mercantil S.A. recebeu um auto de infração da Receita Federal do Brasil, por meio do qual a fiscalização constituiu supostos créditos tributários de imposto de renda, contribuição social relativos aos anos base de 2007 e 2008, cujo montante acrescido da multa de ofício e juros de mora totalizou R\$ 19.167 (R\$ 21.485 atualizados até dezembro de 2019). Julgado o Recurso Voluntário, o PAN apresentou embargos de declaração ao caso, para o qual aguarda julgamento.

No 4º trimestre de 2012, foram lavrados três autos de infração da Receita Federal do Brasil contra o Banco PAN S.A., por meio do qual a fiscalização constituiu supostos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social relativos aos anos base de 2007 e 2008, cujo o montante acrescido da multa de ofício e juros de mora totalizou R\$ 170.477 (R\$ 197.815 atualizados até dezembro de 2019). Dois Autos de Infração encontram-se sobrestados a pedido do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais e o terceiro aguarda o resultado da diligência, para que ocorra o julgamento do Recurso Voluntário da empresa.

No 4º trimestre de 2013, a Pan Arrendamento Mercantil S.A. recebeu autos de infração da Prefeitura de São Paulo, que visam exigir ISS sobre o Valor Residual Garantido - VRG cobrado pela empresa nas operações de arrendamento mercantil realizadas no período de 2008 a 2012, cujo montante de principal, multa e juros totalizou R\$ 43.657 (R\$ 124.174 atualizados até dezembro de 2019). A impugnação e os recursos apresentados pela empresa, junto ao Conselho Municipal de Tributos de São Paulo, foram julgados definitivamente improcedentes. A Municipalidade ajuizou execução fiscal e a empresa ajuizou ação anulatória em face do Município de São Paulo, julgada parcialmente procedente em 2ª instância. Atualmente aguarda decisão dos embargos de declaração. No 3º trimestre de 2018, a empresa recebeu um novo auto sobre a mesma matéria para período compreendido entre 2013 e 2015, cujo montante de principal, multa e juros totalizou R\$ 4.227 (R\$ 5.945 atualizados até dezembro de 2019).

Ainda no último trimestre de 2013, o Banco PAN S.A. recebeu um auto de infração de IRPJ e CSLL, referente aos anos-calendário de 2008 e 2009, o qual refere-se a incidência de tributação sobre suposto ganho de capital obtido na desmutualização da B3 (balcão), cujo montante acrescido de multa e juros de mora foi de R\$ 480 (R\$ 711 atualizados até dezembro de 2019), além da glosa de saldos de prejuízo fiscal e base negativa de referidos períodos. A empresa aguarda resultado de diligência solicitada pelo Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, para que ocorra o julgamento de Recurso Voluntário apresentado pelo contribuinte. No 1º trimestre de 2015, foram lavrados dois autos de Infração ao Banco PAN S.A. referentes ao exercício de 2010, sendo um deles de IRPJ e CSLL, originado pela glosa de supostas despesas operacionais não comprovadas, ajustes do lucro líquido do exercício e exclusões não autorizadas, cujo montante de principal e multa totalizou R\$ 6.077 (R\$ 8.820, atualizados até dezembro de 2019), e outro, visando a impossibilidade de dedução de determinadas despesas de *swap* da base de cálculo de PIS e COFINS, cujo montante atualizado de principal, e multa totalizou o valor de R\$ 3.320 (R\$ 4.576 atualizados até dezembro de 2019). Ambos os casos se encontram no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, sendo que o primeiro foi julgado parcialmente procedente, no que ensejou a interposição dos embargos de declaração pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, do qual aguarda-se decisão, para que então o Banco PAN



S.A. possa apresentar os recursos de embargos de declaração e Revista à Câmara Superior do Conselho

Administrativo de Recursos Fiscais. O segundo encontra-se sobrestado a pedido do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais.

No 4º trimestre de 2016, o Banco PAN S.A. recebeu um Auto de Infração referente a suposta ausência de recolhimento das contribuições previdenciárias dos valores auferidos a título de participação nos lucros ou resultados dos empregados do Banco PAN no período de janeiro a outubro de 2012, cujo montante acrescido da multa de ofício e juros de mora totalizou R\$ 3.099 (R\$ 3.630 atualizados até dezembro de 2019). O processo aguarda julgamento de impugnação administrativa apresentada à Delegacia Regional de Julgamentos da Receita Federal do Brasil.

No 4º trimestre de 2017, foram lavrados três Autos de Infração ao Banco PAN S.A pela Receita Federal do Brasil, por meio dos quais foram constituídos créditos tributários (i) de natureza previdenciária, essencialmente sobre participação nos lucros ou resultados dos empregados distribuídos no ano-calendário de 2013; (ii) de IRRF sobre suposto ganho de capital na aquisição de participação societária no exterior em 2013; e (iii) de imposto de renda e contribuição social relativos ao ano base de 2012. O montante total destes casos, acrescidos de multa e juros de mora é de R\$ 111.411 (R\$ 116.115 atualizados até dezembro de 2019). O primeiro caso, o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais julgou o Recurso Voluntário como improcedente e em face de tal decisão foi apresentado Recurso Especial, pendente de julgamento. Os demais processos, aguardam o julgamento dos Recursos Voluntários apresentados perante o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais.

No 3º trimestre de 2019, o Banco PAN S.A. recebeu um Auto de Infração referente a cobrança de IRPJ e CSLL, relativos ao ano calendário de 2014, referente suposta dedução a maior de despesas com o recolhimento de tributos de PIS e COFINS no período, cujo o montante acrescido da multa de ofício e juros de mora totalizou R\$ 21.697 (R\$ 21.791 atualizados até dezembro de 2019). O processo aguarda julgamento do Recurso Voluntário apresentado perante o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais.

No 4º trimestre de 2019, foi lavrado um Auto de Infração ao Banco PAN S.A pela Receita Federal do Brasil, por meio do qual foi constituído crédito tributário oriundo de valores supostamente amortizados indevidamente de ágio, e por consequência, falta de adição na apuração da base de cálculo do IRPJ e CSLL. O caso refere-se aos anos calendários 2015 e 2016, e o montante atualizado até dezembro de 2019, acrescido da multa de ofício e juros de mora totalizou R\$ 8.046. O processo aguarda julgamento de impugnação administrativa apresentada à Delegacia Regional de Julgamentos da Receita Federal do Brasil.

Além dos processos administrativos anteriormente detalhados, o Banco e suas investidas discutem administrativamente e judicialmente com a Receita Federal do Brasil a não homologação de compensações de tributos com créditos decorrentes de pagamento a maior ou indevido. Em 31 de dezembro de 2019, o valor era de aproximadamente R\$ 167 milhões.

**20) Outras Obrigações****a) Fiscais e Previdenciárias:**

	Banco		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Impostos e contribuições sobre lucros a pagar	278.193	9.052	292.562	17.846
COFINS a recolher	19.645	12.225	20.039	12.605
Impostos e contribuições sobre salários	15.164	12.108	15.216	12.578
Impostos retidos na fonte sobre terceiros	9.052	7.085	9.107	7.140
PIS a recolher	3.192	1.987	3.265	2.060
ISS a recolher	1.824	1.474	1.863	1.520
Impostos retidos na fonte sobre títulos de renda fixa	1.007	459	1.007	460
Provisão para imposto de renda diferido (Nota 31.b/e)	13.417	-	98.654	85.271
Total	341.494	44.390	441.713	139.480

b) Diversas:

	Banco		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Provisão para pagamentos a efetuar	1.230.174	599.977	1.230.736	600.881
Provisões cíveis, trabalhistas e fiscais (Nota 19)	521.557	556.373	591.125	608.867
Cessão com retenção de riscos (1)	201.523	416.401	201.523	416.401
Arrecadação de cobrança	118.017	131.114	118.258	131.355
Operações com cartão de crédito	30.570	28.669	30.570	28.669
Valores a pagar a sociedades ligadas	14.669	6.283	13.268	5.345
Valores específicos de consórcio	-	-	7.757	9.283
Outros	72.934	41.593	74.692	42.438
Total	2.189.444	1.780.410	2.267.929	1.843.239

(1) Referem-se às obrigações assumidas por operações de cessão de crédito consignado com retenção substancial dos riscos e benefícios (Nota 8.f - II).



21) Patrimônio Líquido

a) Composição do capital social em quantidade de ações:

O BACEN homologou em 14/01/2020 o aumento de capital aprovado em 19/09/2019 pelo Conselho de Administração da Companhia. O referido aumento ocorreu dentro do limite do capital autorizado, no valor de R\$ 521.812 e mediante a emissão de 63.250 mil novas ações preferenciais nominativas, escriturais e sem valor nominal.

O capital social, totalmente subscrito e integralizado em 31/12/2019 é de R\$ 3.653.410 (R\$ 3.653.410 em 31/12/2018), após a homologação do BACEN passou a ser de R\$ 4.175.222.

Abaixo demonstramos as ações nominativas escriturais (em milhares de ações) e, sem valor nominal.

	31/12/2019	31/12/2018
Ordinárias	657.561	657.561
Preferenciais	547.495	484.245
Total	1.205.056	1.141.806

b) Movimentação do capital social em quantidade de ações:

Quantidade de ações (em milhares de ações)	Ordinárias	Preferenciais	Total
Em circulação em 31/12/2018	657.561	484.245	1.141.806
Aumento de Capital	-	63.250	63.250
Após o aumento de capital	657.561	547.495	1.205.056

c) Reservas de lucros:

Reserva Legal – Nos termos do estatuto social do Banco PAN, do lucro líquido apurado anualmente, após a dedução do prejuízo acumulado e da provisão para o imposto de renda, será destacada uma quantia equivalente a 5% (cinco por cento) do lucro para formação da reserva legal, até que atinja 20% (vinte por cento) do capital social da Companhia. Nos termos do artigo 193, §1º, da Lei nº 6.404/76, o Banco PAN poderá deixar de destinar parcela do lucro líquido para a reserva legal no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital, exceder a 30% (trinta por cento) do capital social.

Reserva para Integridade do Patrimônio Líquido – Tem por fim assegurar recursos para atender as necessidades regulatória e operacional de valor de patrimônio líquido da Companhia, podendo ser convertida em capital social por deliberação do Conselho de Administração. Observado o limite do capital autorizado, e poderá ser formada de acordo com proposta do Conselho de Administração, com até 100% (cem por cento) do lucro líquido que remanescer após as destinações dos lucros apurados anualmente, não podendo ultrapassar o valor do capital social da Companhia.

**d) Juros sobre o capital próprio/Dividendos:**

Aos acionistas é assegurado o recebimento de dividendos mínimos de 35% sobre o lucro líquido anual, conforme estatuto social e nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

A seguir demonstra-se o cálculo de juros sobre o capital próprio.

	31/12/2019	% (1)	31/12/2018	% (1)
Lucro líquido	515.935		221.515	
(-) Reserva Legal	(25.797)		(11.076)	
Base de cálculo	490.138		210.439	
Juros sobre o capital próprio (bruto)	198.000		86.715	
IRRPF relativo aos juros sobre o capital próprio	(29.700)		(13.007)	
Juros sobre o capital próprio (líquido)	168.300		73.708	
Dividendos propostos	3.248		-	
Juros sobre o capital próprio (líquido) e dividendos	171.548	35,0%	73.708	35,0%

(1) Percentual dos juros sobre o capital próprio e dividendos sobre a base de cálculo.

22) Receitas de Prestação de Serviços

	Banco		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Operações de crédito	204.101	167.914	204.129	167.949
Rendas de cartão	118.041	122.459	118.041	122.459
Rendas de intermediação de negócios	59.015	46.224	59.015	46.224
Administração de consórcios	-	-	25.290	28.907
Outras	10.792	11.620	11.179	12.019
Total	391.949	348.217	417.654	377.558

23) Despesas de Pessoal

	Banco		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Proventos	307.154	260.482	308.370	261.691
Encargos sociais	87.673	74.953	87.978	76.138
Benefícios (Nota 30)	74.325	62.346	74.627	62.714
Honorários (Nota 28.b)	24.155	12.648	24.155	16.884
Outros	6.565	3.284	6.565	3.285
Total	499.872	413.713	501.695	420.712

**24) Outras Despesas Administrativas**

	Banco		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Comissões pagas a correspondentes bancários	1.120.715	912.423	1.127.016	920.401
Serviços de terceiros	317.348	281.110	333.447	300.473
Processamentos de dados	221.383	175.130	222.961	175.344
Serviços do sistema financeiro	165.874	127.737	166.704	128.693
Aluguéis	55.280	40.673	55.651	41.055
Comunicações	46.937	47.062	47.138	47.332
Depreciação e amortização	41.978	26.597	42.021	26.644
Propaganda, promoções e publicidade	64.888	26.340	65.227	26.838
Despesas com busca e apreensão de bens	30.766	29.971	30.781	30.066
Transporte	5.815	4.974	5.828	4.994
Manutenção e conservação de bens	6.243	5.151	6.249	5.161
Taxas e emolumentos	5.305	5.025	5.988	5.995
Viagens	6.773	3.315	6.779	3.323
Água, energia e gás	2.644	2.187	2.650	2.195
Materiais de consumo	1.759	1.014	1.759	1.014
Outras	42.358	40.092	44.437	43.471
Total	2.136.066	1.728.801	2.164.636	1.762.999

25) Despesas Tributárias

	Banco		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Contribuição à COFINS	162.926	121.568	168.571	128.392
Contribuição ao PIS	26.476	19.755	27.523	21.021
Imposto sobre serviços	17.939	15.496	18.467	16.108
Impostos e taxas	5.844	3.846	8.214	6.791
Total	213.185	160.665	222.775	172.312

26) Outras Receitas e Despesas Operacionais**a) Outras receitas operacionais:**

	Banco		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Recuperação de encargos e despesas (1)	248.239	203.940	250.337	207.828
Varição monetária ativa / cambial	52.682	65.689	54.383	67.111
Reversão de provisões	5.134	750	11.968	18.733
Benefício residual em operações securitizadas	-	-	2.532	4.199
Outras	9.864	22.034	14.116	29.673
Total	315.919	292.413	333.336	327.544

(1) Contempla recuperação de créditos de PIS e COFINS calculados sobre despesas de comissões.



b) Outras despesas operacionais:

	Banco		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Cessão de operações de crédito	1.414.338	1.296.240	1.414.338	1.296.240
Constituição de provisões	183.375	284.306	215.153	306.434
Prejuízo com op. de crédito/financiamento e fraudes	56.639	54.194	56.639	54.194
Descontos concedidos	102.507	44.365	102.507	44.366
Amortização de ágio (Nota 15)	23.930	23.930	25.053	25.053
Gravames	25.883	19.490	25.924	19.539
Variação monetária passiva / cambial	10.313	34.650	10.313	34.650
Outras	23.547	24.888	24.970	29.985
Total	1.840.532	1.782.063	1.874.897	1.810.461

27) Resultado Não Operacional

	Banco		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Resultado na alienação de outros valores e bens	(42.513)	(31.298)	(42.752)	(31.253)
Reversão/(desvalorização) de outros valores e bens	8.512	9.419	8.521	9.476
Outros	42	367	42	367
Total	(33.959)	(21.512)	(34.189)	(21.410)



28) Saldos e Transações com Partes Relacionadas

As transações com partes relacionadas (diretas e indiretas) são efetuadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

a) A tabela a seguir demonstra os saldos e transações com partes relacionadas

Banco	Prazo máximo	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
		Ativo (passivo)	Ativo (passivo)	Receitas (despesas)	Receitas (despesas)
Aplicação interfinanceira de liquidez (a)		1.160.000	-	18.865	45.447
Banco BTG Pactual S.A.	02/01/2020	710.000	-	17.796	44.332
Caixa Econômica Federal	02/01/2020	450.000	-	1.069	1.115
Cessão de crédito (b)		2.036.099	1.652.816	965.154	736.266
Caixa Econômica Federal	Sem prazo	2.036.099	1.652.816	965.154	736.266
Outros créditos		18.471	14.515	-	-
Caixa Econômica Federal	Sem prazo	6.755	5.858	-	-
,Too Seguros S.A.	Sem prazo	6.453	4.470	-	-
Pan Adm. e Corret. de Seg.de Prev. Privada Ltda.	Sem prazo	19	24	-	-
Brazilian Securities Companhia de Securitização (c)	Sem prazo	1.596	1.256	-	-
Pan Administradora de Consórcio Ltda.(c)	Sem prazo	301	251	-	-
Brazilian Finance & Real Estate S.A. (c)	Sem prazo	3.347	2.656	-	-
Depósitos à vista (d)		(382)	(480)	-	-
,Too Seguros S.A.	Sem prazo	(341)	(343)	-	-
Pan Adm. e Corret. de Seg.de Prev. Privada Ltda.	Sem prazo	(1)	(35)	-	-
Pan Administradora de Consórcio Ltda.	Sem prazo	(16)	(16)	-	-
Pan Arrendamento Mercantil S.A.	Sem prazo	(5)	(20)	-	-
BM sua Casa Promotora de Vendas Ltda.	Sem prazo	(2)	(4)	-	-
Brazilian Finance & Real Estate S.A.	Sem prazo	(8)	(6)	-	-
Brazilian Securities Companhia de Securitização	Sem prazo	(9)	(3)	-	-
Pessoal chave da Administração	Sem prazo	-	(53)	-	-
Depósitos interfinanceiros (e)		(8.215.331)	(7.367.646)	(442.297)	(542.928)
Banco BTG Pactual S.A.	02/01/2020	(190.000)	(95.000)	(9.531)	(5.310)
Caixa Econômica Federal	23/01/2020	(7.762.156)	(7.016.627)	(417.701)	(522.280)
Pan Arrendamento Mercantil S.A.	23/05/2022	(263.175)	(256.019)	(15.065)	(15.338)
Depósitos a prazo (f)		(399.393)	(352.222)	(22.688)	(21.481)
Pan Adm. e Corret. de Seg.de Prev. Privada Ltda.	12/12/2022	(17.145)	(7.176)	(518)	(1.098)
Pan Administradora de Consórcio Ltda.	14/12/2022	(50.300)	(43.640)	(2.811)	(2.526)
Brazilian Securities Companhia de Securitização	14/12/2022	(155.452)	(143.918)	(8.783)	(8.183)
Brazilian Finance & Real Estate S.A.	14/12/2022	(98.910)	(90.600)	(5.587)	(6.197)
BM sua Casa Promotora de Vendas Ltda.	05/12/2022	(29.007)	(26.381)	(1.622)	(824)
Banco BTG Pactual S.A.	02/01/2024	(46.884)	(37.843)	(3.199)	(2.499)
Pessoal chave da Administração	14/03/2022	(1.695)	(2.664)	(168)	(154)
Obrigações por operações compromissadas		(8.951)	(89.336)	(4.795)	(1.928)
Banco BTG Pactual S.A.	-	-	(79.999)	(3.873)	(1.146)
Caixa Econômica Federal	02/01/2020	(900)	-	(432)	(250)
Pan Administradora de Consórcio Ltda.	28/02/2023	(8.051)	(9.337)	(490)	(532)
Recursos de letras imobiliárias, agronegócio e financeiras (g)		(242.944)	(8.434)	(9.727)	(1.857)
Banco BTG Pactual S.A.	08/08/2022	(242.567)	(3.758)	(9.597)	(1.539)
Pessoal chave da Administração	07/08/2020	(377)	(4.676)	(130)	(318)



Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

Instrumentos financeiros derivativos (h)		185.694	77.959	49.799	72.413
Banco BTG Pactual S.A.	01/07/2020	185.694	77.959	49.799	72.413
Outras obrigações		(14.668)	(6.283)	-	-
,Too Seguros S.A.	Sem prazo	(13.268)	(5.345)	-	-
Brazilian Finance & Real Estate S.A.	Sem prazo	(494)	(730)	-	-
Brazilian Securities Companhia de Securitização	Sem prazo	(904)	(192)	-	-
Pan Administradora de Consórcio Ltda.	Sem prazo	-	(16)	-	-
Pan Arrendamento Mercantil S.A.		(2)	-	-	-
Receita de prestação de serviços (i)		-	-	59.879	48.249
,Too Seguros S.A.	-	-	-	58.599	45.828
Pan Administradora de Consórcio Ltda.	-	-	-	23	207
Caixa Econômica Federal	-	-	-	1.257	2.214
Despesa de pessoal		-	-	(265)	(270)
,Too Seguros S.A.	-	-	-	(265)	(270)
Outras despesas administrativas		-	-	(56.779)	(22.751)
,Too Seguros S.A.	-	-	-	(5.675)	(6.067)
Banco BTG Pactual S.A.	-	-	-	(31.563)	(2.188)
BTG Pactual Corretora	-	-	-	(106)	(144)
Tecban S.A.	-	-	-	(718)	(1.112)
Câmara Interbancária de Pagamentos	-	-	-	(18.717)	(13.240)
Resultado obtido na cessão de crédito		-	-	1.135.002	1.071.303
Caixa Econômica Federal	-	-	-	1.074.960	1.071.303
Banco BTG Pactual S.A.	-	-	-	60.042	-

(a) Referem-se a aplicações do Banco PAN com taxas equivalentes às do CDI;

(b) Refere-se ao prêmio de performance das cessões de créditos sem coobrigação;

(c) Saldo provisionado referente a dividendos que será pago até 31/12/2020, sendo: R\$ 3.347 da empresa Brazilian Finance & Real Estate S.A., R\$ 251 da empresa Brazilian Securities Companhia de Securitização e R\$ 298 da Pan Administradora de Consórcio Ltda.;

(d) Referem-se ao saldo de contas correntes de ligadas mantidas no Banco PAN;

(e) Referem-se à captação por meio de depósitos interfinanceiros com taxas equivalentes às do CDI;

(f) Referem-se à captação por meio de depósitos a prazo efetuados no Banco PAN;

(g) Referem-se à captação por meio de letras de créditos de agronegócios, letras imobiliárias e letras financeiras com taxas em média de 104,59% do CDI;

(h) Referem-se às operações de *swap*; e

(i) Referem-se à comissão paga ao Banco PAN pela intermediação de seguros e comissão paga a correspondente por intermediação de negócios.



Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

Consolidado	Prazo máximo	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
		Ativo (passivo)	Ativo (passivo)	Receitas (despesas)	Receitas (despesas)
Disponibilidades (a)		1.260	769	-	-
Caixa Econômica Federal	02/01/2020	1.260	769	-	-
Aplicação interfinanceira de liquidez (b)		1.160.000	-	18.865	45.447
Banco BTG Pactual S.A.	02/01/2020	710.000	-	17.796	44.332
Caixa Econômica Federal	02/01/2020	450.000	-	1.069	1.115
Cessão de crédito (c)		2.036.099	1.652.816	965.154	736.266
Caixa Econômica Federal	Sem prazo	2.036.099	1.652.816	965.154	736.266
Outros créditos		13.227	10.352	-	-
Caixa Econômica Federal	Sem prazo	6.755	5.858	-	-
,Too Seguros S.A.	Sem prazo	6.453	4.470	-	-
Pan Adm. e Corret. de Seg.de Prev. Privada Ltda.	Sem prazo	19	24	-	-
Depósitos à vista (d)		(342)	(431)	-	-
,Too Seguros S.A.	Sem prazo	(341)	(343)	-	-
Pan Adm. e Corret. de Seg.de Prev. Privada Ltda.	Sem prazo	(1)	(35)	-	-
Pessoal chave da Administração	Sem prazo	-	(53)	-	-
Depósitos interfinanceiros (e)		(7.952.156)	(7.111.627)	(427.232)	(527.590)
Banco BTG Pactual S.A.	02/01/2020	(190.000)	(95.000)	(9.531)	(5.310)
Caixa Econômica Federal	23/01/2020	(7.762.156)	(7.016.627)	(417.701)	(522.280)
Depósitos a prazo (f)		(65.724)	(47.683)	(3.885)	(3.751)
Pan Adm. e Corret. de Seg.de Prev. Privada Ltda.	12/12/2022	(17.145)	(7.176)	(518)	(1.098)
Banco BTG Pactual S.A.	02/01/2024	(46.884)	(37.843)	(3.199)	(2.499)
Pessoal chave da Administração	14/03/2022	(1.695)	(2.664)	(168)	(154)
Obrigações por operações compromissadas		(900)	(79.999)	(4.305)	(1.396)
Banco BTG Pactual S.A.	-	-	(79.999)	(3.873)	(1.146)
Caixa Econômica Federal	02/01/2020	(900)	-	(432)	(250)
Recursos de letras imobiliárias, agronegócio e financeiras (g)		(242.944)	(8.434)	(9.727)	(1.857)
Banco BTG Pactual S.A.	08/08/2022	(242.567)	(3.758)	(9.597)	(1.539)
Pessoal chave da Administração	07/08/2020	(377)	(4.676)	(130)	(318)
Instrumentos financeiros derivativos (h)		185.694	77.959	49.799	72.413
Banco BTG Pactual S.A.	01/07/2020	185.694	77.959	49.799	72.413
Outras obrigações		(13.268)	(5.345)	-	-
,Too Seguros S.A.	Sem prazo	(13.268)	(5.345)	-	-
Receita de prestação de serviços (i)		-	-	59.856	48.042
,Too Seguros S.A.	-	-	-	58.599	45.828
Caixa Econômica Federal	-	-	-	1.257	2.214
Despesa de Pessoal		-	-	(265)	(271)
,Too Seguros S.A.	-	-	-	(265)	(271)
Outras despesas administrativas		-	-	(56.779)	(22.751)
,Too Seguros S.A.	-	-	-	(5.675)	(6.067)
Banco BTG Pactual S.A.	-	-	-	(31.563)	(2.188)
BTG Pactual Corretora	-	-	-	(106)	(144)
Tecban S.A.	-	-	-	(718)	(1.112)



Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

Câmara Interbancária de Pagamentos	-	-	-	(18.717)	(13.240)
Resultado obtido na cessão de crédito	-	-	-	1.135.002	1.071.303
Caixa Econômica Federal	-	-	-	1.074.960	1.071.303
Banco BTG Pactual S.A.	-	-	-	60.042	-

- (a) Referem-se as contas corrente das empresas Brazilian Securities Companhia de Securitização, BM sua Casa Promotora de Vendas Ltda e Brazilian Mortgages Companhia Hipotecária;
(b) Referem-se a aplicações do Banco PAN com taxas equivalentes às do CDI;
(c) Refere-se ao prêmio de performance das cessões de créditos sem coobrigação;
(d) Referem-se ao saldo de contas correntes de ligadas mantidas no Banco PAN;
(e) Referem-se à captação por meio de depósitos interfinanceiros com taxas equivalentes às do CDI;
(f) Referem-se à captação por meio de depósitos a prazo efetuados no Banco PAN;
(g) Referem-se à captação por meio de letras de créditos de agronegócios, letras imobiliárias e letras financeiras com taxas em média de 104,59% do CDI;
(h) Referem-se às operações de *swap*; e
(i) Referem-se à comissão paga ao Banco PAN pela intermediação de seguros.

b) Remuneração dos Administradores:

Na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 22/5/2019, foi aprovado o montante global máximo da remuneração dos Administradores do Conglomerado PAN, referente ao exercício de 2019, independente do ano em que os valores forem pagos, no valor de R\$ 25.385 (R\$ 22.423 no exercício de 2018).

Benefícios de curto prazo a administradores (1)

	Banco		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Despesas de honorários (Nota 23)	24.155	12.648	24.155	16.884
Contribuição ao INSS	5.435	2.846	5.435	3.799
Total	29.590	15.494	29.590	20.683

(1) Registrado na rubrica de "Despesas de pessoal".

O Banco PAN não possui benefícios de longo prazo ou remuneração baseada em ações para seus administradores.

• Outras informações

Conforme disposto na legislação em vigor, o PAN realiza operações de crédito para pessoas consideradas partes relacionadas, somente com condições compatíveis de mercado, inclusive quanto a limites, taxas de juros, carência, prazos, garantias requeridas e para esses possui critérios para classificação de risco para fins de constituição de provisão para perdas prováveis, sem que haja benefícios adicionais ou diferenciados às operações realizadas junto aos demais clientes de mesmo perfil.



29) Instrumentos Financeiros

- **Gestão de Riscos**

O Banco PAN possui exposição em ativos e passivos envolvendo instrumentos financeiros derivativos, cujos registros são efetuados em contas patrimoniais, de resultado e de compensação.

A Administração do Banco PAN é responsável por estabelecer a política de risco e os limites de exposição. A responsabilidade por identificar, avaliar, monitorar e informar o cumprimento das diretrizes de risco estabelecidas pela Administração é da Diretoria de Controladoria e Compliance que mantém relação de independência em relação às áreas de negócios e de operações.

- **Gestão do Capital**

O Banco PAN considera a gestão de capital como um processo estratégico que é executado de forma a otimizar o consumo do capital disponível, contribuindo para o alcance dos objetivos da Instituição e sempre dentro dos limites de capital estabelecidos pelo órgão regulador.

A estrutura de gerenciamento de capital do Banco PAN é compatível com a natureza de suas operações, com a complexidade de seus produtos e serviços e com sua exposição a riscos, e abrange todas as empresas do Conglomerado Financeiro do grupo.

O gerenciamento de capital é o processo contínuo de (i) monitoramento e controle do capital; (ii) avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos da Instituição; e (iii) planejamento de metas e necessidade de capital. É realizado de acordo com os objetivos estratégicos do Banco PAN, as oportunidades de negócios e o ambiente regulatório.

O Banco PAN realiza sua gestão de capital de forma prospectiva e tempestiva, alinhado às melhores práticas e aderentes às recomendações emitidas pelo Comitê de Basileia, através de políticas e estratégias que antecipam a necessidade de capital decorrente de possíveis alterações nas condições de mercado e que são avaliadas periodicamente pela Diretoria e pelo Conselho de Administração.

LIMITE OPERACIONAL - ACORDO DA BASILEIA

O Banco PAN atende aos critérios mínimos de capital definidos pelas Resoluções CMN nº 4.192/13 e nº 4.193/13. No cálculo das parcelas de capital exigido, tomam-se como base a Circular BACEN nº 3.644/13 para o risco de crédito, as Circulares BACEN nº 3.634/13 a nº 3.639/13, nº 3.641/13 e nº 3.645/13 para o risco de mercado, e a Circular BACEN nº 3.640/13 para o risco operacional.



Demonstra-se a seguir o cálculo dos Indicadores de Capital do Conglomerado Prudencial:

Base de Cálculo – Índice de Basileia	31/12/2019	31/12/2018
Patrimônio de referência nível I	2.499.049	2.273.783
Capital Principal	2.499.049	2.273.783
Patrimônio de referência nível II	8.455	358.112
Patrimônio de referência para comparação com o RWA	2.507.504	2.631.895
Patrimônio de referência	2.507.504	2.631.895
- Risco de crédito	17.299.562	16.104.846
- Risco de mercado	4.742	311.627
- Risco operacional	2.309.501	2.278.424
Ativo ponderado pelo risco – RWA	19.613.805	18.694.897
Índice de Basileia	12,78%	14,08%
Nível I	12,74%	12,16%
Nível II	0,04%	1,92%

- **Índice de Basileia pró forma**

Índice de Basileia ajustado, devido ao aumento do capital social referente a distribuição primária de ações preferenciais no período, homologado pelo BACEN em 14/01/2020.

Abaixo demonstramos o cálculo dos Indicadores de Capital do Conglomerado Prudencial pró forma:

Base de Cálculo – Índice de Basileia	31/12/2019
Patrimônio de referência nível I	3.073.042
Capital Principal	3.073.042
Patrimônio de referência nível II	8.455
Patrimônio de referência para comparação com o RWA	3.081.497
Patrimônio de referência	3.081.497
- Risco de crédito	17.430.015
- Risco de mercado	4.742
- Risco operacional	2.309.501
Ativo ponderado pelo risco – RWA	19.744.258
Índice de Basileia	15,61%
Nível I	15,57%
Nível II	0,04%

- **Risco de Crédito**

Define-se o risco de crédito como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação.

A gestão de risco de crédito é composta por políticas e estratégias de gerenciamento de risco de crédito, limites operacionais, mecanismos de mitigação de risco e procedimentos destinados a manter a exposição ao risco de crédito em níveis aceitáveis pela Instituição.

- **Risco de Mercado**

Refere-se à possibilidade de perdas associadas à oscilação de taxas, descasamentos de prazos e moedas das carteiras ativas e passivas do Consolidado. Esses riscos são gerenciados diariamente por meio de metodologias aderentes às melhores práticas.

As operações estão expostas aos seguintes fatores de risco: taxa de juros prefixada, taxa de juros vinculada à variação cambial e seu respectivo *spot*, taxa de juros vinculada aos índices de preço (INPC, INCC, IPCA e IGPM), além de outras taxas de juros (TR), à variação cambial (US\$) e variações dos preços de ações.

Os instrumentos financeiros são segregados nas seguintes Carteiras:

Carteira *Trading*: consiste em todas as operações com instrumentos financeiros, inclusive derivativos, detidas com intenção de negociação ou destinadas a *hedge* de outros instrumentos da carteira de negociação. As operações detidas com intenção de negociação são aquelas destinadas à revenda, obtenção de benefícios dos movimentos de preços, efetivos ou esperados, ou realização de arbitragem; e

Carteira *Banking*: todas as operações não classificadas na carteira *trading*. Consistem nas operações estruturais provenientes das linhas de negócio da organização e seus eventuais *hedges*.

Análise de Sensibilidade:

Fatores de Risco	Carteira <i>Trading e Banking</i> Exposições sujeitas à variação:	CENÁRIOS(*)		
		(1)Provável	(2)Possível	(3)Remoto
Taxas de juros	Taxas de juros prefixadas	(141)	(25.415)	(52.868)
Cupom outras taxas de juros	Taxas de cupom de taxas de juros	(40)	(6.220)	(11.374)
Cupom de índice de preços	Taxas de cupom de índice de preços	(9)	(5.165)	(9.800)
Moeda estrangeira	Taxas de câmbio	(9)	(237)	(474)
Cupom cambial	Taxas de cupom cambial	(1)	(80)	(159)
Total em 31/12/2019		(200)	(37.117)	(74.675)
Total em 31/12/2018		(1.323)	(220.780)	(424.981)

(*) Valores brutos de impostos.

A análise de sensibilidade foi efetuada a partir dos dados de mercado do último dia do mês de dezembro de 2019, sendo considerados sempre os impactos negativos nas posições para cada vértice. Os efeitos desconsideram a correlação entre os vértices e os fatores de risco e os impactos fiscais.

Cenário 1: Foi aplicado o choque (aumento ou redução) de 1 ponto base (0,01%) na estrutura a termo de taxas de juros em todos os vértices/prazos. Exemplo: Taxa de 10% ao ano torna-se 10,01% ao ano ou 9,99% ao ano. Para moedas estrangeiras e ações, foi considerado choque de 1% sobre o preço vigente.

Cenário 2: Foi aplicado o choque (aumento ou redução) de 25% nas taxas (aplicação do multiplicador de 1,25). Exemplo: Taxa de 10% ao ano torna-se 12,50% ao ano ou 7,50% ao ano. Para moedas estrangeiras e ações, foi considerado choque de 25% sobre o preço vigente.



Cenário 3: Foi aplicado o choque (aumento ou redução) de 50% nas taxas (aplicação do multiplicador de 1,50). Exemplo: Taxa de 10% ao ano torna-se 15,00% ao ano ou 5,00% ao ano. Para moedas estrangeiras e ações, foi considerado choque de 50% sobre o preço vigente.

É importante ressaltar que os resultados dos cenários (2) e (3) referem-se a simulações que envolvem fortes situações de stress, não sendo considerados fatores de correlação entre os indexadores. Eles não refletem eventuais mudanças ocasionadas pelo dinamismo de mercado, consideradas como baixa probabilidade de ocorrência, e também, por ações que possam vir a ser tomadas pela própria Instituição para reduzir eventuais riscos envolvidos.

O Banco PAN utiliza instrumentos financeiros derivativos essencialmente com finalidade de *hedge* com o propósito de atender as suas necessidades no gerenciamento de riscos de mercado, decorrentes dos descasamentos entre moedas, indexadores, prazos de suas carteiras e arbitragem.

Exposição Cambial

A seguir, são apresentados os ativos e passivos vinculados a moedas estrangeiras em 31/12/2019 e 31/12/2018.

Ativos – Dólar	31/12/2019	31/12/2018
Operações de crédito (ACC/CCE)	-	61.150
Total	-	61.150

Passivos – Dólar	31/12/2019	31/12/2018
Dívida subordinada	1.876.865	1.790.563
Total	1.876.865	1.790.563

O Banco PAN utiliza instrumentos financeiros derivativos essencialmente com finalidade de *hedge* com o propósito de atender as suas necessidades no gerenciamento de riscos de mercado, decorrentes dos descasamentos entre moedas, indexadores, prazos de suas carteiras e arbitragem.

Em 31/12/2019 e 31/12/2018, a posição dos instrumentos financeiros derivativos, em moeda estrangeira, estava apresentada como segue:

	Valor de Referência		Valor de Mercado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Posição comprada - Dólar				
Swap	1.149.264	1.128.662	1.908.691	1.909.407
DDI	-	74.556	-	74.556
Opções	-	222	-	222
Total	1.149.264	1.203.440	1.908.691	1.984.185
Posição Vendida - Dolar				
Swap	-	25.568	-	25.735
DDI	-	95.563	-	95.563
DOL	2.011	24.240	2.011	24.240
Opções	-	67	-	67
Total	2.011	145.438	2.011	145.605

- **Risco de Liquidez**

O Risco de Liquidez é definido como a possibilidade de a Instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e ainda, a possibilidade de a Instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade nos mercados.

São realizados acompanhamentos constantes da situação de liquidez, dos descasamentos entre os fatores de risco primários, taxas e prazos dos ativos e passivos da carteira.

O Banco PAN mantém níveis de liquidez adequados, resultante da qualidade dos seus ativos, e do controle do risco, em consonância com a Política de Gerenciamento do Risco de Liquidez estabelecida e as exigências das demandas regulatórias do CMN (Resoluções nº 2.804/00 e nº 4.090/12). Os resultados das análises dos *gaps* de Liquidez são apresentados quinzenalmente no Comitê de Tesouraria.

- **Risco Operacional**

Refere-se à possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Essa definição inclui o risco legal que é o risco associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela Instituição, bem como as sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição.

A estrutura de gerenciamento de risco operacional é composta pelas diversas áreas e comitês do Conglomerado que participam do processo de gerenciamento do risco operacional e legal, com seus respectivos papéis e responsabilidades, e que prezam pela segregação de funções, pela busca de sinergia entre as unidades, eficiência, eficácia e efetividade dos processos, além do respeito aos limites e apetite aos riscos definidos pela Administração do Conglomerado.

Em atendimento aos requisitos estabelecidos pela Circular BACEN nº 3.678/13, estão sendo disponibilizadas as informações sobre o processo de gerenciamento de riscos, que podem ser consultadas no site www.bancopan.com.br/ri Relatório de Gerenciamento de Riscos.

- **Valor de Mercado**

O valor contábil líquido dos principais instrumentos financeiros está apresentado a seguir:

Consolidado	31/12/2019			31/12/2018		
	Valor Contábil	Valor de Mercado	Resultado não realizado	Valor Contábil	Valor de Mercado	Resultado não realizado
Títulos e Valores Mobiliários	2.087.652	2.129.484	41.832	1.934.506	1.943.008	8.502
- Títulos para negociação	359.782	359.782	-	401.225	401.225	-
- Títulos disponíveis para venda	986.659	986.659	-	891.836	891.836	-
- Títulos mantidos até o vencimento	741.211	783.043	41.832	641.445	649.947	8.502
Operações de crédito	23.628.092	26.962.845	3.334.753	20.407.816	23.454.463	3.046.647
Depósitos interfinanceiros	8.365.928	8.395.004	(29.076)	7.463.438	7.411.443	51.995
Depósitos a prazo	11.367.477	13.042.521	(1.675.044)	9.130.487	10.762.081	(1.631.594)
Recursos de emissão de títulos	1.868.324	1.888.784	(20.460)	1.249.961	1.266.549	(16.588)
Dívidas subordinadas	1.885.320	1.887.098	(1.778)	1.978.132	1.977.420	712
Lucro não realizado sem efeitos fiscais			1.650.227			1.459.674

**Determinação do valor de mercado dos instrumentos financeiros:**

- Títulos e valores mobiliários, Dívidas subordinadas, Instrumentos financeiros derivativos, têm seu valor de mercado baseado em cotações de preços de mercado na data do balanço. Na inexistência de cotações a mercado o seu valor será determinado por marcação à modelo ou por instrumentos equivalentes;
- Para operações de crédito ou de arrendamento mercantil seu valor a mercado é determinado descontando-se o fluxo futuro pelas taxas praticadas a mercado em operações equivalentes na data do balanço; e
- Depósitos a prazo, depósitos interfinanceiros e obrigações por empréstimos e repasses tem seu valor de mercado calculado aplicando-se sobre o estoque vigente as taxas praticadas para instrumentos equivalentes na data deste balanço.

30) Benefícios a Empregados

Em linha com as melhores práticas de mercado, o Banco PAN oferece benefícios sociais aos seus empregados, dentre os quais: (a) Assistência Médica; (b) Assistência Odontológica; (c) Seguro de Vida; (d) Vale Refeição e (e) Vale Alimentação. As despesas com benefícios no exercício findo em 31/12/2019 totalizou R\$ 74.325 no Banco PAN e R\$ 74.627 no Consolidado (R\$ 62.346 no Banco PAN e R\$ 62.714 no Consolidado no exercício findo em 31/12/2018).

31) Imposto de Renda e Contribuição Social**a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social:**

	Banco		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	200.494	441.754	356.143	456.866
Alíquota efetiva (1) (2)	40%	45%	-	-
Encargos/créditos total do imposto de renda e contribuição social, de acordo com as alíquotas vigentes	(80.198)	(198.789)	(138.917)	(201.944)
Efeito no cálculo dos tributos:				
Participação em controladas	(44.090)	11.621	-	-
Juros sobre o capital próprio	79.200	39.022	79.200	39.022
Constituição/Baixa de Crédito Tributário de CSLL (2) (3)	353.789	(59.818)	353.789	(59.393)
Baixa de Crédito Tributário (4)	-	-	(141.126)	-
Outros valores	6.740	(12.275)	6.846	(13.036)
Resultado de Imposto de renda e contribuição social	315.441	(220.239)	159.792	(235.351)

(1) Alíquotas vigentes: (i) provisão para imposto de renda é constituída à alíquota de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%; (ii) contribuição social sobre o lucro é calculada para empresas financeiras à alíquota de 15%, para as demais empresas alíquota de 9%; e

(2) Em 07/10/2015 foi publicada a Lei nº 13.169/15, oriunda da Medida Provisória (MP) nº 675/15 que elevou de 15% para 20% a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) de instituições financeiras a partir de 01/09/2015. A cobrança foi válida até 31/12/2018, retornando ao patamar de 15% no ano de 2019.

(3) Em 12/11/2019 foi publicada a Emenda Constitucional 103/2019, que elevou de 15% para 20% a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) de bancos de qualquer espécie a partir de 01/03/2020. Em face de tais alterações, o Banco PAN reconheceu o montante de R\$ 353.789 referentes a esta diferença de alíquota para os créditos tributários com expectativa de realização a partir de 03/2020.

(4) Baixa parcial de Crédito Tributário de Prejuízo Fiscal e Base Negativa em decorrência da aplicação de novas premissas no plano de negócios da Pan Arrendamento Mercantil e, conseqüentemente, na expectativa de realização destes créditos.

b) Origem e movimentação dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos:

Banco	Saldo em 31/12/2018	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2019
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	914.183	752.535	(408.378)	1.258.340
Provisão para contingências cíveis	110.545	80.742	(53.033)	138.254
Provisão para contingências trabalhistas	111.603	33.732	(51.125)	94.210
Provisão para contingências tributárias	401	734	(25)	1.110
Provisão para desvalorização de bens não de uso próprio	21.451	21.896	(5.135)	38.212
Ajuste de marcação a mercado de derivativos	29.873	46.381	(76.254)	-
Outras provisões	236.522	360.857	(112.296)	485.083
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	1.424.578	1.296.877	(706.246)	2.015.209
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	1.265.925	139.307	(122.854)	1.282.378
Total dos créditos tributários (Nota 11)	2.690.503	1.436.184	(829.100)	3.297.587
Obrigações fiscais diferidas (Nota 20.a/31.e)	-	(13.417)	-	(13.417)
Créditos tributários líquidos das obrigações fiscais diferidas	2.690.503	1.422.767	(829.100)	3.284.170

Consolidado	Saldo em 31/12/2018	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2019
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	927.066	752.608	(408.550)	1.271.124
Provisão para contingências cíveis	115.667	82.155	(55.431)	142.391
Provisão para contingências trabalhistas	115.709	35.143	(53.124)	97.728
Provisão para contingências tributárias	10.936	11.113	(1.706)	20.343
Provisão para desvalorização de bens não de uso próprio	21.704	21.911	(5.164)	38.451
Ajuste de marcação a mercado de derivativos	39.710	49.739	(78.861)	10.588
Outras provisões	235.389	362.144	(112.396)	485.137
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	1.466.181	1.314.813	(715.232)	2.065.762
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	1.466.823	139.348	(269.965)	1.336.206
Total dos créditos tributários (Nota 11)	2.933.004	1.454.161	(985.197)	3.401.968
Obrigações fiscais diferidas (Nota 20.a/31.e)	(85.271)	(14.194)	811	(98.654)
Créditos tributários líquidos das obrigações fiscais diferidas	2.847.733	1.439.967	(984.386)	3.303.314

(1) Baixa de créditos tributários oriundos de Prejuízos Fiscais e Base Negativa de CSLL da Pan Arrendamento Mercantil conforme Nota 31.d.

c) Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social:

A projeção de realização do crédito tributário foi elaborada com base no estudo do cenário atual e futuro, efetuada em 31/12/2019, cujas premissas principais utilizadas nas projeções foram os indicadores macroeconômicos, indicadores de produção e custo de captação. Referida projeção de realização de crédito tributário, incluindo as premissas adotadas, foram aprovadas pelo Conselho de Administração do Banco em 29/01/2020.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos serão realizados à medida que as diferenças temporárias sejam revertidas ou se enquadrem nos parâmetros de dedutibilidade fiscal ou quando os prejuízos fiscais, que parcialmente estão sendo discutidos em âmbito administrativo com excelentes perspectivas de êxito para o Banco, forem compensados.



Apresenta-se a seguir a estimativa de realização desses créditos.

Banco	Diferenças temporárias		Prejuízo fiscal e base negativa		Total	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
2019	-	749.253	-	11.823	-	761.076
2020	810.036	437.430	56.507	67.569	866.543	504.999
2021	731.169	75.246	129.235	118.822	860.404	194.068
2022	324.970	52.004	257.805	98.689	582.775	150.693
2023	51.716	37.894	348.498	139.755	400.214	177.649
2024	17.569	31.874	490.333	147.571	507.902	179.445
2025	31.849	25.510	-	161.316	31.849	186.826
2026	5.687	8.407	-	166.654	5.687	175.061
2027	42.213	4.914	-	191.843	42.213	196.757
2028	-	2.046	-	161.883	-	163.929
Total	2.015.209	1.424.578	1.282.378	1.265.925	3.297.587	2.690.503

Consolidado	Diferenças temporárias		Prejuízo fiscal e base negativa		Total	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
2019	-	753.850	-	13.146	-	766.996
2020	816.747	441.682	58.383	70.582	875.130	512.264
2021	733.530	80.382	131.962	127.041	865.492	207.423
2022	329.911	57.363	260.933	113.256	590.844	170.619
2023	53.896	39.751	350.278	157.013	404.174	196.764
2024	27.261	33.309	491.786	167.696	519.047	201.005
2025	36.644	26.790	1.388	184.167	38.032	210.957
2026	6.096	8.407	1.555	190.438	7.651	198.845
2027	61.677	4.914	479	215.995	62.156	220.909
2028	-	19.733	492	188.513	492	208.246
Total	2.065.762	1.466.181	1.297.256	1.427.847	3.363.018	2.894.028

Em 31/12/2019, o valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a taxa média de captação do Banco PAN totalizava R\$ 2.605.824 e R\$ 2.647.017 no Consolidado (R\$ 1.788.995 no Banco PAN e R\$ 1.894.365 no Consolidado em 31/12/2018).

Conforme § 2º do Art. 5º da Resolução CMN nº 3.059/02, os créditos tributários originados de prejuízo fiscais ocasionados pela exclusão das receitas de superveniência de depreciação no montante de R\$ 38.950 (R\$ 38.976 em 31/12/2018), não estão sujeitos a geração de lucros baseada em estudo técnico.

d) Créditos tributários não ativados:

Em dezembro de 2019, a Administração optou pela baixa parcial dos créditos tributários oriundos de Prejuízos Fiscais e Base Negativa de CSLL da Pan Arrendamento Mercantil no montante de R\$ 141.126. Esta decisão se deu principalmente em função da revisão das premissas adotadas em seu plano de negócios, que não prevê a originação de novas operações de arrendamento mercantil, bem como da queda da taxa de juros remuneratórios de seus investimentos em depósitos interfinanceiros, o que pode comprometer a sua capacidade de geração de resultados positivos futuros em montante suficiente para realização de tais créditos no prazo de máximo de 10 anos, exigido pela Resolução CMN nº 3.059, de 23 de dezembro de 2002 e a Circular BACEN nº 3.171, de 31 de dezembro de 2002, para a manutenção deste ativo.



Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

Em 31/12/2019, o Banco PAN possuía prejuízos fiscais de aproximadamente R\$ 230.396 e o Consolidado de aproximadamente R\$ 583.211 (31/12/2018 – R\$ 230.396 no Banco PAN e no Consolidado), sobre os quais não foram registrados créditos tributários no montante de R\$ 103.678 no Banco PAN e 244.805 no Consolidado (31/12/2018 – R\$ 92.158 no Banco PAN e Consolidado).

e) Obrigações fiscais diferidas:

Banco	Saldo em 31/12/2018	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2019
Ajuste de marcação a mercado de derivativos	-	(13.417)	-	(13.417)
Total (Nota 20.a – 31.b)	-	(13.417)	-	(13.417)

Consolidado	Saldo em 31/12/2018	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2019
Ajuste a valor de mercado de títulos e valores mobiliários e outros	(6.982)	(14.194)	724	(20.452)
Superveniência de depreciação	(78.289)	-	87	(78.202)
Total (Nota 20.a – 31.b)	(85.271)	(14.194)	811	(98.654)



32) Outras Informações

- a) Os avais e fianças concedidos totalizam R\$ 313.061 em 31/12/2019 (R\$ 295.430 em 31/12/2018);
- b) O Banco PAN e suas controladas têm como política segurar seus valores em espécie, cheques recebidos em garantia e bens em montantes considerados adequados para cobertura de eventuais sinistros;
- c) Em 31/12/2019 e 31/12/2018, o Banco PAN e suas controladas não possuíam contratos de arrendamento mercantil para aquisições próprias;
- d) Acordos de Compensação e Liquidação de Obrigações – Resolução CMN nº 3.263/05: O Banco PAN possui acordos de compensação e liquidação de obrigações no âmbito do Sistema Financeiro Nacional (SFN), firmados com pessoas jurídicas integrantes ou não do SFN. O objetivo da resolução é permitir a compensação de créditos e débitos mantidos com uma mesma contraparte, onde os vencimentos dos direitos e obrigações podem ser antecipados para a data em que ocorrer o evento de inadimplência por uma das partes ou em caso de falência do devedor; e
- e) Em 20/01/2015, foi publicada a Lei nº 13.097, conversão da MP nº 656/14, a qual, dentre outras providências, altera as regras de dedução fiscal das perdas no recebimento de créditos para os contratos inadimplidos a partir de 08/10/2014 (art. 9º, da Lei nº. 9.430/96). Para os contratos inadimplidos anteriormente a esta data, permanecem as regras vigentes anteriormente.



Declaração da Diretoria

Em observância às disposições constantes da Instrução CVM nº 480/09, a Diretoria do Banco PAN declara que discutiu, reviu e concordou com as demonstrações contábeis individuais e consolidadas relativas ao exercício findo em 31/12/2019.



Declaração da Diretoria

Em observância às disposições constantes da Instrução CVM nº 480/09, a Diretoria do Banco PAN declara que discutiu, reviu e concordou com a conclusão expressa no relatório dos auditores independentes referente às demonstrações contábeis individuais e consolidadas relativas ao exercício findo em 31/12/2019.



São Paulo, 29 de janeiro de 2020.

A DIRETORIA

Gregório Moreira Franco
CRC 1SP219426/O-2
CONTADOR

Banco Pan S.A.

***Demonstrações contábeis
individuais e consolidadas em
31 de dezembro de 2019
e relatório do auditor independente***



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
Banco Pan S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais do Banco Pan S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, assim como as demonstrações contábeis consolidadas do Banco Pan S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Pan S.A. e do Banco Pan S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

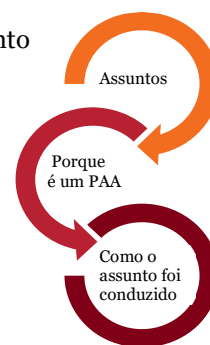
Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação ao Banco e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Banco Pan S.A.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Nossa auditoria em 2019 foi planejada e executada considerando que as operações do Banco e suas controladas não apresentaram modificações significativas em relação ao exercício anterior. Nesse contexto, os Principais Assuntos de Auditoria, bem como nossa abordagem de auditoria, mantiveram-se substancialmente alinhados aqueles do exercício anterior.

Porque é um PAA

Provisão para créditos de liquidação duvidosa - PCLD (Notas explicativas 3g e 8)

O Banco Pan S.A. e suas controladas atuam substancialmente no setor do varejo, conforme divulgado na nota explicativa 1. A determinação do valor da provisão para créditos de liquidação duvidosa ("PCLD") continua exigindo julgamento por parte da Administração na determinação de premissas e critérios utilizados.

O processo estabelecido considera as normas e instruções determinadas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e pelo Banco Central do Brasil (BACEN), associados ao julgamento e premissas utilizadas pela Administração para determinação do risco de crédito. Tendo em vista esses aspectos, esta área continua sendo foco em nossa auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos principais procedimentos de auditoria considerou o entendimento dos controles relevantes relacionados a apuração da provisão para créditos de liquidação duvidosa que tratam da integridade da base de dados; processamento, contabilização das provisões e divulgações em notas explicativas.

Adicionalmente, testamos a conciliação dos saldos contábeis com a posição analítica, bem como recalculamos, em base de testes, a PCLD com base na política estabelecida que inclui, entre outros aspectos, considerações em relação aos níveis de risco e atraso das operações conforme normas aplicáveis.

Consideramos que as premissas e critérios adotados pela Administração são razoáveis e consistentes com as informações divulgadas nas demonstrações contábeis.



Banco Pan S.A.

Ambiente de tecnologia da informação

O Banco Pan S.A. e suas controladas operam em um ambiente de negócio no qual a estrutura de tecnologia de informação é crítica para o desenvolvimento de suas operações e a continuidade de seus processos de negócios, os quais envolvem o processamento de um elevado número de transações diariamente, além de diversos processos para gestão de acessos e segurança da informação.

Os riscos relativos aos processos de tecnologia da informação que suportam as transações nos diferentes sistemas legados, podem, eventualmente, resultar em informações críticas incorretas, inclusive aquelas utilizadas na elaboração das demonstrações contábeis.

Em função desses aspectos, essa continua sendo uma área de foco em nossa auditoria.

Como parte de nossos procedimentos de auditoria, com o auxílio de nossos especialistas de sistemas, entendemos e testamos os controles gerais relevantes de tecnologia e segurança da informação, relacionados aos processos de gerenciamento e desenvolvimento de mudanças sistêmicas, segurança de acessos a programas e banco de dados, segurança física do centro de processamento de dados, incluindo os controles compensatórios, quando necessários.

Também testamos os controles automatizados ou as informações dependentes de tecnologia, restrições de acessos e segregações de funções relacionados aos processos relevantes para a preparação das demonstrações contábeis.

Os resultados de nossos procedimentos nos proporcionaram evidência razoável de auditoria com relação ao ambiente de tecnologia da informação relacionado com o processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Créditos Tributários (Notas explicativas 3n e 31b)

O Banco Pan S.A. e suas controladas apresentam créditos tributários no total de R\$ 3,4 bilhões, provenientes de adições temporárias nas bases de cálculo do Imposto de Renda – Pessoa Jurídica e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido e prejuízos fiscais e bases de cálculo negativas, reconhecidos com base em projeção de lucros tributários para a realização desses créditos tributários. Essa projeção, preparada a partir de estudo do cenário atual e futuro pela Administração do Banco, envolve julgamentos e premissas subjetivas.

Continuamos considerando essa uma área de foco de auditoria, pois a utilização de diferentes premissas na projeção do lucro tributário poderia modificar significativamente os prazos e valores previstos para realização dos créditos tributários, bem como deixar de atender aos requisitos do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central

Nossos principais procedimentos de auditoria considerou o entendimento dos processos de apuração e registro nos termos das normas fiscais e contábeis relacionadas aos créditos tributários incluindo os requisitos específicos do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil, bem como o entendimento das premissas relevantes estabelecidas pela Administração para a estimativa de projeção de lucros tributários para realização dos créditos tributários.

Comparamos as premissas utilizadas pelo Banco Pan S.A. e suas controladas para projeção de lucros tributários com as projeções orçamentárias aprovadas pelo Conselho de Administração e com as projeções macroeconômicas divulgadas no mercado, bem como analisamos os dados históricos para corroborar a consistência dessas estimativas de realização.



Banco Pan S.A.

do Brasil para registro e manutenção desses ativos nas demonstrações contábeis.

Consideramos que as premissas e critérios adotados pela Administração são razoáveis em relação ao registro, manutenção e realização do crédito tributário.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individuais do valor adicionado (DVA) referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2019, bem como as demonstrações consolidadas do valor adicionado (DVA) para o exercício findo nessa data, elaboradas sob a responsabilidade da administração do Banco, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas e é apresentada como informação suplementar para fins do Banco Central do Brasil, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis do Banco. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração do Banco Pan S.A. é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A administração do Banco Pan S.A. é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.



Banco Pan S.A.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações contábeis representam as



Banco Pan S.A.

correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança, a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 29 de janeiro de 2020

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Tatiana Fernandes Kagohara Gueorguiev
Contadora CRC 1SP245281/O-6

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

2º SEMESTRE DE 2019

O Comitê de Auditoria ("COAUD") do Banco PAN S.A. ("Companhia") apresenta seu relatório, de forma resumida, para atender ao disposto na Resolução CMN nº 3.198, de 27 de maio de 2004, artigo 17, parágrafo 2º para publicação com as respectivas demonstrações contábeis do 2º semestre de 2019, de forma a externar sua opinião e evidenciar informações que considera relevantes para o conhecimento e avaliação dos seus usuários.

No cumprimento de suas atribuições legais, em destaque: avaliar a efetividade das auditorias interna e independente, dos sistemas de controles internos e de gerenciamento de riscos; verificar o cumprimento, pela administração, das recomendações de aprimoramento emanadas pelas auditorias e determinações de órgãos externos de fiscalização; e revisar, previamente à publicação, as demonstrações contábeis e suas notas explicativas.

As informações foram apresentadas nas reuniões realizadas com a Administração, as áreas internas da Companhia, nos relatórios produzidos, bem como nas interações realizadas com a Auditoria Interna e Auditoria Independente. Recebeu, ainda, esclarecimentos do Conselho de Administração para acompanhamento de temas importantes para a Companhia.

Destaca-se que o COAUD foi informado de que não ocorreram mudanças de critérios ou fatos relevantes que pudessem impactar o Balanço Patrimonial ou os resultados da Companhia neste período, além daquelas mencionadas nas Notas Explicativas, onde se destacam: (i) a realização de trabalhos para determinação do valor da provisão para créditos de liquidação duvidosa – PCLD, sob os quais a Auditoria Independente considera que as premissas e critérios adotados pela Administração da Companhia foram razoáveis e consistentes com as informações divulgadas nas demonstrações contábeis; (ii) o ambiente de tecnologia da informação, onde os procedimentos da Auditoria Independente demonstraram evidência razoável de auditoria com relação ao ambiente de tecnologia da informação relacionado com o processo de elaboração das demonstrações contábeis; e (iii) créditos tributários, sob os quais a Auditoria Independente considera que as premissas e critérios adotados pela Administração da Companhia foram razoáveis em relação ao registro, manutenção e realização do crédito tributário. Adicionalmente, com relação às demonstrações individual e consolidada do valor adicionado, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Auditoria Independente considera que essas foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Feitos tais registros e limitando suas responsabilidades à confiabilidade das informações recebidas dos componentes da Companhia, o COAUD considera que:

a) A Companhia vem promovendo o aprimoramento dos controles internos e de gerenciamento de risco em especial nos aspectos relacionados a formalização através de relatórios e reportes específicos, os quais podemos mencionar o Reporte Mensal de Demandas Avaliadas no Sistema RDR, Relatório de *Management Information System* (MIS) de Perdas Operacionais, Gestão de Riscos Não Financeiros, com reporte de incidentes operacionais. Adicionalmente, com o objetivo de aprimorar sua governança corporativa, a Companhia realizou a atualização do Regimento Interno do Conselho de Administração e implementou um Regimento Interno para o Conselho Fiscal, além de ter aprovado a Política de Gestão da Imagem e a Política Corporativa de Gestão da Continuidade de Negócios, bem como a atualização de

sua Política Corporativa de Responsabilidade Socioambiental e também a Política de Comunicação com a Imprensa. A Administração implementou novos sistemas tecnológicos e vem implementando outros que permitem a correção dos apontamentos críticos indicados pela autoridade supervisora e auditorias. Também evoluiu na estrutura normativa relacionada à mitigação de riscos, com destaque para a elaboração da Declaração de Apetite a Riscos (*Risk Appetite Statement – RAS*);

b) Não se verifica fato ou evidência relevante que pudesse comprometer a efetividade ou a independência das auditorias, interna e independente, sendo elas compatíveis com o porte e as características da Companhia; e

c) As Demonstrações Contábeis da Companhia, individual e consolidada, e respectivas Notas Explicativas, acompanhadas do Relatório da Administração e do Parecer da Auditoria Independente, foram elaborados conforme a regulamentação vigente, notadamente as elaboradas pelo Banco Central do Brasil, e práticas contábeis adotadas no Brasil, refletindo em seus aspectos mais relevantes a situação econômico-financeira da Companhia.

São Paulo, 29 de janeiro de 2020.

AMIN ALVES MURAD

Presidente

FÁBIO DE BARROS PINHEIRO

Membro

PEDRO PAULO LONGUINI

Membro



BANCO PAN S.A.
COMPANHIA ABERTA
CNPJ: 59.285.411/0001-13
NIRE: 35.300.012.879

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal do Banco PAN S.A. ("Banco PAN" ou "Companhia"), no uso de suas atribuições legais e estatutárias, procedeu ao exame do relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras da Companhia, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, incluindo as Notas Explicativas e, com base: **(a)** no Parecer dos Auditores Independentes – PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, datado de 29 de janeiro de 2020, onde é mencionado que os auditores tiveram acesso suficiente às informações necessárias para sua elaboração, cujos principais assuntos de auditoria foram: **1** – Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa ("PCLD"), o qual concluiu que as premissas e critérios adotados pela Administração da Companhia foram razoáveis e consistentes com as informações divulgadas nas demonstrações contábeis, conforme notas explicativas nº 3g e 8; **2** – Ambiente de Tecnologia da Informação ("TI"), com realização de auditoria relacionada aos sistemas de TI, com testes de controles gerais relevantes de tecnologia e segurança da informação, relacionados aos processos de gerenciamento e desenvolvimento de mudanças sistêmicas, segurança de acessos a programas e banco de dados, segurança física do centro de processamento de dados, incluindo os controles compensatórios, quando necessários, além de testes dos controles automatizados ou das informações dependentes de tecnologia, restrições de acessos e segregação de funções, relacionados aos processos relevantes para a preparação das demonstrações contábeis; e **3** – Crédito Tributário, em relação aos créditos totalizados no valor de R\$ 3,4 bilhões no Banco PAN e empresas controladas, provenientes de adições temporárias nas bases de cálculo do Imposto de Renda – Pessoa Jurídica e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido e prejuízos fiscais e bases de cálculo negativas, reconhecidos com base em projeção de lucros tributários para a realização desses créditos tributários, conforme notas explicativas de nº 3n e 31b; **(b)** na reunião com os Auditores Independentes; **(c)** no resumo do relatório do Comitê de Auditoria, datado de 29 de janeiro de 2020; e **(d)** na análise de documentos, informações e esclarecimentos prestados aos membros do Conselho Fiscal pela Administração da Companhia, notadamente pela Diretoria de Controladoria e *Compliance*.

O Conselho Fiscal é de opinião que esses documentos: **(a)** refletem adequadamente as atividades desenvolvidas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, a situação patrimonial e a posição financeira da Companhia; e **(b)** estão em condições de serem apreciados e aprovados pela Assembleia Geral Ordinária da Companhia.

São Paulo, 29 de janeiro de 2020.

Alexandre Xavier Ywata de Carvalho

Paulo Roberto Salvador Costa

Peter Edward Cortes Marsden Wilson

